

Brasil e o mundo
diante da
Covid-19 e da
crise econômica

PET Economia UFPR

Arthur Martins Bosquerolli
Bruno Henrique Fajarra
Getúlio Antônio Brandalise Rodrigues Kessey
Henrique Malicheski Colaço
Henrique Vinícius de Oliveira
Laura Carvalho Gomes dos Santos
Lucas Silva Sarres
Matheus Fiuza de Alencastro
Matheus Itiro de Castro Tao
Natalia Podbevsek Vieira
Raul de Carvalho Niro

Professor Tutor: Demian Castro

Lista de Siglas

BACEN – Banco Central do Brasil
BBC - *British Broadcasting Corporation*
BC – Banco Central
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPI - *Banque Publique d'Investissement*
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CECON - Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
CMIE - *Centre for Monitoring Indian Economy*
CNI - Confederação Nacional da Indústria
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
EUA – Estados Unidos da América
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGC - Fundo Garantidor de Crédito
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE - Instituto Brasileiro de Economia
IDP – Investimento Direto no País
IEPS - Instituto de Estudos para Políticas de Saúde
IFO - *Information Forschung*
INSEE - *Institut national de la statistique et des études économiques*
IVA – Imposto sobre Valor Agregado
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MMT - *Modern Monetary Theory*
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PET – Programa de Educação Tutorial
PIB – Produto Interno Bruto
PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PSOE – *Partido Socialista Obrero Español*
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
REMIR - Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma da Trabalhista
SUS – Sistema Único de Saúde
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNECA - Comissão Econômica das Nações Unidas para a África

Lista de Figuras

- Figura 1 – Casos de Covid-19 nos EUA | 21
- Figura 2 – Mortes por Covid-19 nos EUA | 21
- Figura 3 – Variação do PIB nos EUA | 23
- Figura 4 – Taxa de desemprego nos EUA | 24
- Figura 5 – Taxa de desemprego na Austrália | 40
- Figura 6 – Parceiros Comerciais da Austrália em 2017 | 42
- Figura 7 – Parceiros Comerciais da Nova Zelândia em 2017 | 42
- Figura 8 – Taxa de desemprego na Índia | 44
- Figura 9 – Acesso às Instalações Domésticas para a Lavagem das Mãos | 47
- Figura 10 – Total de pessoas infectadas pela covid-19 no Equador | 50
- Figura 11 – Total de pessoas infectadas pela covid-19 na Argentina | 50
- Figura 12 – América Latina e Caribe: Efeitos da covid-19 nas exportações de bens por sub-regiões e países selecionados, prognóstico para 2020 | 52
- Figura 13 – Taxa de variação real do PIB para Argentina, México e América Latina e Caribe | 52
- Figura 14 – Contas Nacionais Trimestrais | 64
- Figura 15 – Produção Física Industrial | 64
- Figura 16 – Balança de Pagamentos | 66
- Figura 17 – Informalidade em relação à vulnerabilidade econômica e fatores de risco | 74

Sumário

1. Introdução – 6
2. Resenha do artigo: “Coronavirus: La pandemia y el sistema-mundo”, por Ignácio Ramonet. – 13
3. Panorama Internacional: a crise e as medidas adotadas por países selecionados. – 19
 - 3.1 China – 19
 - 3.2 Estados Unidos: o fracasso do discurso neoliberal – 21
 - 3.3 União Europeia e Reino Unido – 27
 - 3.3.1 Alemanha – 27
 - 3.3.2 França – 29
 - 3.3.3 Portugal – 30
 - 3.3.4 Espanha – 32
 - 3.3.5 Reino Unido – 33
 - 3.3.6 União Europeia – 35
 - 3.4 Austrália e Nova Zelândia no combate à pandemia – 38
 - 3.5 O maior *lockdown* no planeta: Índia – 43
 - 3.6 África: um golpe mais forte que o corona vírus – 45
 - 3.7 Implicações da crise sanitária no (sub)desenvolvimento da América Latina – 48
 - 3.7.1 Paralelo entre Argentina e Equador – 48
 - 3.7.2 Prognósticos para o futuro da América Latina – 51
 - 3.8 Referências – 54
4. Brasil: desmandos econômicos e sanitários. – 63
 - 4.1 Situação pré-pandemia – 63
 - 4.2 O impacto da Covid-19 na economia brasileira – 68
 - 4.3 Medidas para enfrentar a crise e outras alternativas – 77
 - 4.3.1 As medidas adotadas – 77
 - 4.3.2 Possíveis Alternativas – 82
 - 4.4 Referências – 87
5. Entrevista: com o professor Fabiano Abranches Silva Dalto. – 89
6. Conclusões – 98

1. Introdução

Nos últimos meses o mundo viu uma pandemia precipitar-se como uma avalanche sobre todos os países levando a uma mudança radical de hábitos e comportamentos sociais, com destaque para o confinamento e paralisação de atividades econômicas.

Acompanhando o avanço do vírus nos países, a economia mundial acelerou sua trajetória de crise, levando muitos analistas e, principalmente, autoridades governamentais, a vincular (ou justificar) a crise em função da pandemia o que, certamente, foge à realidade dos fatos. Não é correto aceitar indagações do tipo “quando voltaremos ao normal?” ou “como será o novo normal?”. A República Popular da China, com conhecimento de causa, alguns anos depois de 2008, foi a criadora desta narrativa apontando que o gigante iria crescer nos próximos anos, como de fato fez, em patamares menores, realizando ajustes na sua estratégia de desenvolvimento. O que está em jogo agora para o mundo e o Brasil não tem nada a ver com essa narrativa, em nenhuma hipótese é defensável a ideia de normalidade e, mais, uma volta nos leva ao “cenário anterior”, nos joga na trajetória de barbárie em que já nos encontrávamos.

Porém, a conjugação de fenômenos atuais, crise e pandemia, é muito profunda e historicamente inédita. Seja como for, as economias nacionais, com raríssimas exceções, estão mergulhando numa trajetória de depressão com brutal desaparecimento de empresas, aprofundamento da concentração e centralização do capital, derretimento dos mercados de trabalho, acentuação da precarização e desigualdade. No momento em que escrevemos este texto, o Brasil e a Rússia constituem o epicentro da pandemia, a qual ainda não se desenrola com toda a sua virulência, apenas para exemplificar, em outros países e regiões também muito populosos como a Índia e a África.

Por sua vez, a pandemia, sem protocolo certo de tratamento da



6



doença nem vacina disponível, mostra que veio para ficar, o que reforça a ideia de que estamos entrando numa era, já anunciada, de estrito controle bio político sobre o movimento populacional, restrição às aglomerações, desconfianças, máscaras e xenofobia. Sem esquecer que o isolamento é privilégio de poucos, para a grande maioria é necessário se acotovelar em ônibus, trens e metros, é necessário “estar presente”, o que reforça o eugenismo dos que afirmam que “pessoas vão morrer, mas a economia não pode parar”. Ética e economicamente, não há oposição entre pessoas protegidas e trabalho: o custo geral da carnificina é muito superior à paralisação de atividades. O mundo com seu arrogante grau de conhecimento e desenvolvimento tecnológico, não deveria inclinar-se à simples saída do confinamento ou abertura do mercado. Mas as pressões econômicas são muito fortes e, até certo ponto, justificáveis, ou seja, é necessário admitir, para além da ideologia capitalista neoliberal, que há uma disjuntiva dramática que os governantes enfrentam, independentemente das condições estruturais prevaletentes, quanto a abrir negócios ou salvar vidas (ou carreiras políticas). Parece óbvio que “antes vidas”, que a economia se recupera, e as vidas perdidas não, porém, para muitos o fechamento significa o fim das oportunidades de sobrevivência, sendo que, as “novas” tecnologias irão jogar às calendas muitos postos de trabalho.

Ao mesmo tempo, o agravamento da desigualdade provocado pelas políticas neoliberais desde a década de oitenta, parece tornar insustentável a atual “conjuntura”: em todos os países os mais pobres são os que dominam as estatísticas de mortalidade provocadas pela covid-19. Empregos precários, menores rendimentos, condições de habitação insalubres, falta de saneamento básico e impossibilidade de acesso a serviços de saúde é a química perfeita para alta letalidade entre os mais vulneráveis.

Duas áreas de reflexão e análise precisam ser colocadas aqui. Primeiro, como o Estado capitalista vai agir, ou está agindo, e como deveria agir nas atuais circunstâncias? Segundo, como os Estados capitalistas irão conduzir a construção de uma nova ordem nacional e internacional?



7



Na primeira área, parece bastante claro que, dadas as medidas de curto prazo necessárias para atenuar os efeitos negativos do confinamento e suspensão de atividades, cabe ao Estado encontrar mecanismos de injetar recursos na sociedade e sustentar ou impulsionar a demanda agregada. Mas há muitos setores da economia e da sociedade que solicitam ajuda. Em 2008 o *quantitative easing* pode ter evitado uma deflação de ativos acompanhada de uma quebra de instituições financeiras, os recursos chegaram aos de cima da escala social, agora, ocorrerá o mesmo ou, haverá algum esforço para que a injeção de renda chegue aos necessitados sem a intermediação bancária? Os mantras de austeridade fiscal, de equilíbrio, em nome do qual foram desfinanciados os sistemas de saúde de boa parte dos países da Europa continental e Reino Unido, serão desmontados? Continuará a existir a preocupação em pagar as dívidas da ajuda? Conseguirá a Europa se reinventar e mudar os paradigmas fiscalistas que nortearam até hoje a associação e deixaram a Grécia a ver navios? Entenderão os Estados capitalistas que é necessário reconstruir os Estados de bem estar?

Muitas perguntas e poucas respostas embora estejamos inclinados, infelizmente, a acreditar que não ocorrerão mudanças paradigmáticas muito radicais. Observe-se que não estamos entrando no mérito da discussão sobre como as sociedades irão mudar seus hábitos nem sequer examinando se haverá novos norteamentos ambientais. No entanto, é possível imaginar que, quanto maior a “sensibilidade” estatal (reagindo a determinadas correlações de forças) para a questão social, maiores as possibilidades de construir novas formas coletivas de pensar a nossa inserção no planeta. Estas indagações constituem parte de uma agenda de pesquisa nestes tempos marcados pela incerteza.

A segunda questão é, obviamente, complementar à primeira. Só haverá um esforço de construção de instituições e ordenamentos supranacionais, na medida em que os arranjos internos forem produzidos e, mais, na medida em que um novo polo hegemônico for definido. Isto pode e deve superar o horizonte temporal das



nossas vidas. Mas, com certeza, é esse processo do qual somos contemporâneos. Os chamados trinta anos gloriosos resultaram de duas guerras, nazismo e fascismo, revolução russa e crise profunda. Será necessário um conjunto de eventos assim ou a pandemia, os surtos nacionais direitistas e a enorme exclusão social serão suficientes para a ascensão de uma nova ordem? Qual será a trajetória da China neste cenário de incertezas e disputas gravíssimas com os EUA? Infelizmente, também podemos imaginar que não haverá uma nova ordem, mas a continuidade da desordem que prevalecia antes da pandemia.

Como se insere o Brasil neste cenário de crise e mudanças ainda pouco visíveis? A principal questão é que o país nunca esteve tão despreparado para enfrentar os desafios de uma inflexão histórica como a que parece que está ocorrendo. Na crise de 1929 e durante os anos da grande guerra, o país deixou de lado as recomendações do que hoje chamaríamos de "*mainstream*" e enveredou pela construção de um Estado nacional e uma indústria, aparentemente a crise fechava oportunidades, mas da necessidade as forças sociais articuladas no governo Vargas conseguiram "inovar" e dar passos decisivos em direção à constituição de uma indústria nacional, dotando ao Estado de mecanismos capazes de viabilizar a empreitada e de conectar os fragmentos regionais que formalmente definiam o espaço nacional. Hoje as forças dominantes carecem de um projeto para o País, ao contrário, passam a ideia de que a Nação foi um equívoco de percurso e que, o que realmente faz sentido inovador é o modelo das "capitanias hereditárias". Regressão financeira, desindustrialização, falta de sentido estratégico, alinhamento colonial à pior fase histórica dos EUA, desmonte das políticas sociais, etc. A economia que encontrou a covid-19 estava em frangalhos, longe de "decolar", os atores responsáveis pelas decisões de investir reafirmavam seus comportamentos rentistas avessos ao risco. Nem falar do mercado de trabalho, desemprego e uberização travestida de empreendedorismo. Nada do que foi vendido como "reforma" produziu resultados positivos, demonstrando que um ambiente propício aos investimentos



depende de um projeto nacional que articule e comprometa os atores sociais. Desmonte do sistema de Ciência e Tecnologia (C&T), ataque às universidades, desmonte e desfinanciamento do Sistema Único Saúde (SUS), desmatamento, fazem parte do que já era prática antes da pandemia desembarcar por aqui.

Entre outras calamidades, a chegada da pandemia explicitou a tragédia de um país desigual e excludente, que aceitou desmontar toda e qualquer estrutura de planejamento nacional e federativo. A prevalência da mão invisível desfigurou o pouco de nação que tínhamos. O governo federal é incapaz de articular as esferas nacionais. A política dos governadores (como em outras épocas) preenche os vazios de Nação que o governo federal deixa ao acaso. Sem testes, sem UTI'S, sem respiradores, sem tratamentos protocolares, sem vacinas, só resta o confinamento e o *lockdown*. Mas ao governo federal, que joga pela barbárie, se soma o total despreparo e falta de consciência coletiva da população brasileira, movida há pelo menos duas décadas pelo individualismo e falsa ideia de ascensão social. E mais, a falta de uma diretriz correta do governo federal é acompanhada de uma ignorância econômica sem nome. Os recursos aprovados pelo Congresso não chegam à população vítima do legalismo escravagista de sempre. O presidente chama aqueles que procuram o auxílio de vagabundos, sendo que na última semana foi descoberto que uma quantidade enorme de membros das forças armadas entrou na fila e pegaram o recurso. O governo afirma que não tem dinheiro e economistas das mais variadas origens mostram que não é bem assim.

Nomomentoemqueescrevemos,oBrasilcaminhaapassoslargos para ser o epicentro global da pandemia, sem testes em quantidade suficiente, o número de infectados é muito maior e, também, há comprovadamente subnotificação de mortes. Tristemente, o posto de ministro da saúde demonstrou alta rotatividade e atualmente está ocupado por uma pessoa que não é da área enquanto o sistema de saúde enfrenta a sua pior crise.

O grupo PET Economia da Universidade Federal do Paraná há dois meses vem pesquisando essas questões, reunindo bibliografia,



acompanhando sites e blogs, enfim, procurando constituir um acervo de informações e dados que sejam de utilidade para a comunidade universitária e a sociedade em geral. O Grupo considera, e espera sinceramente estar cometendo um engano, que o mundo adentrou numa depressão econômica, no mínimo, equivalente a dos anos trinta do século XX. Nesta linha, o texto a seguir constitui um primeiro resultado das discussões em andamento, sem pretensão de originalidade, trata-se muito mais de um primeiro compêndio do material examinado com as devidas referências. Observe-se que o leitor poderá constatar que os temas encontram-se fortemente entrelaçados e que, nem sempre conseguimos separar os aspectos econômicos da própria pandemia.

O texto está dividido em seis partes, contando a partir desta. Na próxima, será apresentada uma resenha do artigo "*Coronavirus: La pandemia y el sistema-mundo*", no qual o jornalista e sociólogo espanhol Ignacio Ramonet busca traçar as razões pelas quais deflagrou-se a crise atual relacionada à pandemia, bem como apresentar as janelas de oportunidade que devem ser aproveitadas neste momento. Em seguida, tratamos do panorama internacional, com dados sobre a crise econômica, a covid-19, levantamento das medidas econômicas que os governos estão implementando e apresentação de alguns artigos e autores que fazem uma boa síntese do cenário atual e futuro. Na quarta parte, focalizamos o Brasil, examinando alguns dados sobre a crise econômica e o intenso debate sobre as medidas econômicas que estão sendo ou deveriam estar sendo implementadas pelo Estado. Um dos planos da análise leva em consideração a atual crise política da Federação. Na quinta parte, apresentamos uma entrevista com o professor Fabiano Abranches Silva Dalto, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná, sobre a chamada Moderna Teoria Monetária (*Modern Monetary Theory*), que vem ganhando espaço no mundo e no Brasil pelos enfoques inovadores de política econômica que propõe, e da qual ele é um dos principais expoentes nacionais. No final, nas conclusões, tecemos algumas considerações sobre a crise, a desigualdade, a pandemia e os elementos



que poderiam nuclear uma agenda de pesquisa multidisciplinar.

Nota

Quando o leitor estiver lendo este trabalho, tanto os dados referentes à crise econômica quanto aqueles referentes à pandemia terão mudado. No plano econômico, instituições internacionais e nacionais, semanalmente, revisam seus prognósticos sobre o comportamento do PIB e dos mercados de trabalho, apontando piora no panorama e, obviamente, o Brasil e a América Latina se encontram entre as regiões de pior performance. No que se refere à pandemia, o número de infectados e de óbitos não param de aumentar, embora os países possam se encontrar em momentos diferentes, alguns até enfrentando uma segunda onda. Considere-se também que, conforme a qualidade dos respectivos sistemas nacionais de saúde e o caráter das políticas públicas de combate à doença implementadas, há um expressivo espaço para as subnotificações. Além das informações divulgadas pela Organização Mundial da Saúde - OMS, existem dois sites que divulgam dados diários sobre a pandemia no mundo, o da Johns Hopkins University e o Worldometer. Para o Brasil, além do Ministério da Saúde, existe o consórcio de meios de difusão e o site da Fundação Oswaldo Cruz que informa, principalmente, sobre as redes de pesquisa e laboratórios que no mundo e no Brasil se dedicam à covid-19.



2. Resenha do artigo: “*Coronavirus: La pandemia y el sistema-mundo*”, por Ignácio Ramonet.

O artigo “*Coronavirus: La pandemia y el sistema-mundo*”, faz uma reflexão sobre os impactos econômicos, sociais e políticos causados pelo novo coronavírus. O objetivo do autor é demonstrar as condições determinantes para que o mundo se encontre na situação atual e quais as perspectivas que o futuro oferece sendo, portanto, um material relevante para introduzir e valorar temáticas que serão exploradas por este trabalho. Ignácio Ramonet divide o texto em tópicos que tratam de assuntos distintos, mas que guardam relação entre si, conforme a presente resenha busca elucidar. Ramonet é jornalista e sociólogo, atualmente também é o diretor do semanário *Le Monde Diplomatique* em espanhol.

A pandemia causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, que atinge hoje os 5 continentes do nosso planeta, pegou o mundo de surpresa. No entanto, segundo Ramonet, não tão de surpresa assim. Pesquisadores já haviam enviado evidências para o Pentágono e para diversos governos de que o modo de produção atual, baseado na exploração da natureza, abria margem para mutação de alguns vírus que poderiam atingir a população e infectar rapidamente o mundo em nível global. Tais vírus poderiam apresentar elevados riscos de contágio e causar milhares de mortes, expondo a falta de insumos básicos, assim como o fato de que a infraestrutura da saúde nos países não estaria pronta para suportar tamanha demanda. De todo modo, não houve mobilização dos países para focar investimentos em saúde pública, em nome de uma política neoliberal de austericídio. Países com um sistema de saúde público mais estruturados acabaram saindo na frente nas medidas de proteção e ficaram um pouco mais preparados para sair antes do confinamento. Países que não contavam com sistemas de saúde mais desenvolvidos, acabaram tendo gastos até mesmo em níveis maiores do que se tivessem investido nessa infraestrutura anteriormente. Com o surgimento desse novo vírus



no final de 2019, debates importantes logo vieram à tona. Voltou-se a se falar em soberania nacional, nacionalização de sistemas produtivos, reindustrialização, políticas sanitárias, dívida pública e as questionáveis privatizações.

Até agora não foi encontrada cura, ou vacinas para o vírus. Não se sabe também ao certo se é possível adquirir imunidade de rebanho, nem exatamente quais as consequências da COVID-19 para o organismo humano. Segundo Ramonet, isso pode ser demonstrado a partir do fato de que pessoas com um perfil semelhante que contraíram a doença, sem doenças preexistentes, tiveram sintomas e desenvolvimentos diferentes da doença. O vírus não distingue quem vai infectar, mas fato é que o capitalismo faz essa distinção. A desigualdade social é escancarada por essa nova doença. Pessoas em maior vulnerabilidade econômica e social são hoje os mais afetados com o surgimento dessa nova pandemia. Com o isolamento social, muitas lojas e comércios foram obrigados a fechar. Ainda assim, mesmo àqueles que conseguiram de alguma forma dar continuidade em seu funcionamento, passaram a enfrentar uma alteração nos modos de consumo da sociedade, que é resultado da incerteza do gerada pela crise. A economia mundial parou. A recessão que já estava em curso acelerou-se e aprofundou-se por conta do vírus, tornando-se global e mais grave que a crise financeira de 2008, devendo superar também em profundidade e duração a Grande Depressão de 1929. Estima-se que, como resultado da crise, ao menos 500 milhões de pessoas ao redor do mundo podem ser relegadas à condição pobreza.

Ramonet ainda enfatiza que essa crise traz à luz debates importantes, como, por exemplo, o da concentração de renda no capitalismo financeiro. Também, sobre o papel dos gastos públicos, que sempre foram muito criticados pela ideologia neoliberal vigente, que hoje se sustenta às custas do Estado. Expõe também questões sobre a nossa forma de organização social. Para reforçar seu argumento, o autor menciona que, no último dia 26 de março, em um encontro virtual, a também jornalista Naomi Klein fez um adendo sobre o nosso modelo econômico atual, defendendo que vivemos em um modelo



econômico encharcado de sangue. Quando a pandemia começou, políticos e comentaristas apareceram nas televisões estadunidenses dizendo que os avós deveriam dar sua vida para que os preços das ações pudessem voltar a subir. A declaração de Klein corrobora a leitura de Ramonet acerca da crise do coronavírus, destacando que o acirramento das estruturas econômicas contemporâneas podem agravar os problemas observados durante os últimos meses.

Os impactos da recessão econômica na qual o capitalismo global está entrando recairão com uma força ainda maior na América Latina. As economias latino-americanas já não atravessavam grandes momentos durante os últimos anos e ademais possuem sistemas sanitários deficientes, como será demonstrado posteriormente neste texto. A informalidade respondia por boa parte dos postos de trabalho e o PIB desses países vinha crescendo a níveis ínfimos há algum tempo. Ramonet lembra ainda que o mercado de trabalho formal também vinha derretendo em algumas das principais economias do mundo. Com o aprofundamento da crise por conta da pandemia, houve uma crescente fuga de capitais das economias da América Latina, economias essas que em sua maioria funcionam a partir de uma base exportadora. Essa fuga de capitais em pouco tempo gerou uma desvalorização significativa e crescente das moedas nacionais em relação ao dólar, algumas chegaram perto de perder 30% do seu valor. O autor aponta para verdadeiros banhos de sangue nesses países no pós pandemia, dado que os Estados que vão estar endividados e frágeis. Também destaca um possível crescimento do racismo e da xenofobia sofridos por cidadãos de países latino-americanos que procurem economias mais desenvolvidas ao norte para migrar.

Atualmente cada país parece seguir seu próprio caminho. Historicamente crises de magnitude tão grandes abrem espaço para grandes líderes surgirem. Dessa vez foi diferente. O mundo caminha de uma maneira desordenada, com as esferas sociais — econômica, internacional, pessoal e política — fragilizadas. Cada país tenta gerir a crise acarretada pelo vírus de maneira diferente, não é possível observar grandes movimentos de cooperação internacional. A dinâmica global



se vê em completo desordenamento e não há precedentes históricos capazes de nos ensinar a lidar com uma situação desse tipo, até porque a humanidade jamais vivenciou uma pandemia de tal magnitude. O crescente vácuo de poder também atrapalha o processo de reajuste mundial. Sabe-se que a guerra comercial e ideológica entre China e EUA se desenrola há alguns anos, no mais recente capítulo é possível observar que os EUA e a União Europeia apresentaram muitas dificuldades para gerir a crise, enquanto a China, país onde a pandemia teve início, além de apresentar maior eficiência na gestão interna, ainda se mostrou capaz de fornecer auxílio para outras regiões ao redor do mundo. A disputa geopolítica pelo poder gera ainda mais incerteza quanto ao futuro.

Ignácio Ramonet conclui seu artigo trazendo algo que parece estar mais próximo de uma provocação, um impulso à reflexão e não uma solução universal para a crise. Não há como saber de que maneira os países irão superar o momento atual, todavia é fato que os problemas de seus sistemas de saúde pública, assim como as desigualdades sociais, de gênero e raça foram escancaradas. Tudo isso talvez sirva para reforçar um discurso ultraliberal, que se mostra altamente adaptável às adversidades impostas pela realidade, atacando o *intervencionismo* estatal. Mas, nosso planeta dá sinais de exaustão, o modo de vida pautado no consumo desenfreado e na exploração dos recursos naturais parece não ser sustentável por muito mais tempo, a crise climática bate à nossa porta. Precisamos de uma sociedade voltada para o ser humano em detrimento do capital especulativo. As pessoas agora estão confinadas, mas como sairão de suas casas? De que maneira a sociedade estará organizada após a crise? Já que um vírus, independentemente de sua natureza contagiosa e letal, não parece ser capaz de promover uma revolução sensível na maneira como o mundo está organizado, os representantes do velho ordenamento desde já buscam mover suas peças no sentido de garantir a “normalidade” pré-existente — “normalidade” que, vale ressaltar, nos trouxe até aqui. É preciso lembrar que após a gripe espanhola a sociedade foi movida por uma traiçoeira euforia, que

de certa forma fez com que eclodisse a Crise de 29 e a ascensão do fascismo na Itália. A situação atual guarda semelhanças com certas experiências do passado, agora é fundamental saber se repetiremos a história ou se fomos capazes de aprender com a mesma.

Em seu artigo, Ramonet delinea bem o impacto que o coronavírus pode causar e está causando em todas as esferas da sociedade, também fala sobre as mazelas do capitalismo. A presente crise do capitalismo tem potencial pra ser uma das maiores crises econômicas da história. Prevê-se que a depressão econômica seja pior que àquela causada pela Grande Depressão de 1929, visto que os índices do mercado financeiro já apresentaram quedas que superam o que foi observado durante o Crash de 29. O Fundo Monetário Internacional (FMI), em sua prospecção de cenários considerada positiva, prevê que em 2020 o Produto Interno Bruto (PIB) Europeu isolado pode ter um choque negativo de 10%.

"Coronavirus: La pandemia y el sistema-mundo", de autoria de Ignácio Ramonet, levanta e delimita boa parte das questões que são discutidas pelo grupo neste relatório. Conforme destacado anteriormente, o artigo indica que os impactos da desestabilização econômica mundial recaem de modo mais grave para economias em desenvolvimento, consideravelmente dependentes das economias centrais. Por conta disso, o debate sobre a dependência ganha relevância e os países latino-americanos devem, a partir de agora, repensar sua pauta exportadora e seus condicionante produtivos externos. Assim é possível esperar um movimento de volta às economias mais planejadas, focadas na industrialização e também na formalização do mercado de trabalho. Por fim, cabe destacar mais uma vez a exaustão do discurso neoliberal demonstrada pelo autor, já que, em momentos como o atual, os Estados assumem um papel de protagonismo na economia e os mercados revelam sua incapacidade de autorregular-se. O mundo ao nosso redor não suporta o crescimento desenfreado da exploração dos recursos naturais, no horizonte já é possível acompanhar os problemas relacionados às mudanças climáticas. Não há muitas perspectivas sobre como e quando a



crise será superada, todavia, retornar aos velhos moldes, é retornar para um caminho que já estava e está fadado ao fracasso. A partir da seguinte seção, que apresentará numérica e analiticamente os impactos econômicos resultantes da pandemia, bem como as medidas adotadas por diversos países ao redor do mundo, as colocações de Ramonet tomarão forma e os movimentos por ele previstos deverão tornar-se ainda mais robustos e significativos aos olhos do leitor.

Referência

MÍGUEZ, Ignacio Ramonet. **Coronavirus: La pandemia y el sistema-mundo**. Página 12, 2020. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/262989-coronavirus-la-pandemia-y-el-sistema-mundo>>. Acesso em: 1 mai 2020.



3. Panorama Internacional: a crise e as medidas adotadas por países selecionados.

Nesta seção o objetivo é apresentar de maneira detalhada a experiência particular de alguns países e regiões representativas ao redor do mundo, focando a maneira como lidaram com a crise gerada pela pandemia de covid-19. Primeiramente, serão apresentadas análises a respeito das duas principais economias da atualidade, buscando elucidar os impactos mais significativos e as medidas emergenciais adotadas pelos EUA e pela China a fim de suavizar os impactos da derrocada econômica. Posteriormente, a análise será repetida para outras regiões do planeta, com a finalidade de compor um quadro global com informações sobre os demais continentes. Que lições para o Brasil podem ser tiradas desta breve exposição do cenário internacional?

3.1 China

O gigante asiático foi o primeiro país a enfrentar a covid-19, com casos identificados entre novembro e dezembro de 2019. Mas a epidemia apareceu com virulência na primeira semana de janeiro na cidade de Wuhan, localizada no centro do país e uma população de onze milhões de pessoas, tendo como foco inicial um mercado de alimentos com forte presença de animais silvestres. Vale destacar que este centro urbano é o principal produtor de veículos elétricos da China e que se localiza na província que abriga a maior usina hidrelétrica do mundo (Três Gargantas).

Assim que o governo identificou a doença impôs um *lockdown* em toda a cidade e um rígido controle da população, com rápida adequação do sistema de saúde e construção de novas unidades visando o atendimento dos infectados. O monitoramento mediante testes fez com que o tratamento sistêmico pudesse ocorrer nas primeiras fases da doença, permitindo que, apesar de terem tido por



volta de oitenta e três mil infectados, apresentasse pouco mais de quatro mil e seiscientos óbitos. Considerando o tamanho da população da China, os números atingidos atestam uma resposta bem sucedida à pandemia. Observe-se que, a ampla realização de testes e o pronto atendimento tem sido o padrão de países politicamente diversos como Coreia do Sul, Japão e Singapura.

Outro aspecto a destacar é que o governo deu suporte ao *lockdown*, ou seja, fez chegar bens de primeira necessidade para as pessoas confinadas. O forte monitoramento, usando instrumentos de inteligência artificial, tem permitido controlar o surgimento de novos focos, muitos comentaristas se apressaram a apontar que o sucesso das medidas e o forte controle da população foram uma consequência e reforçaram o caráter autoritário do regime. Constata-se que boa parte da imprensa ocidental está rapidamente a postos para criticar, seja em caso de insucesso quanto de sucesso, não obstante, o seguimento dos caminhos e medidas tomadas pela China, fez com que muitos países evitassem consequências piores.

Assim sendo, na China foi até agora controlado o avanço da doença e, pioneiramente, iniciou o desconfinamento e volta das atividades econômicas e educativas. Ao mesmo tempo, junto com Cuba e Rússia, o país colaborou com outros países, participa de inúmeras redes de pesquisadores e laboratórios espalhados pelo mundo que buscam entender o vírus e desenvolver uma vacina, a qual, segundo anunciou o governo, quando descoberta, será disponibilizada a todos os países.

Certamente, a China desempenhará um papel crucial para atenuar a crise econômica internacional, sua recuperação em 2021 poderá ajudar a restabelecer fluxos comerciais e de investimentos e, por sua vez, os países deverão ter lucidez e soberania para saber aproveitar os possíveis benefícios de uma aliança estratégica com um ator que oferece crescimento e que, quando necessário, perdoa dívidas.



3.2 Estados Unidos: o fracasso do discurso neoliberal

A maior potência econômica mundial hoje é o país que mais sente os impactos da pandemia do novo coronavírus. Em 24/05/2020 o país tinha 1.583.369 infectados e 94.437 mortes, sendo o país com o maior número de infectados e também de mortes do mundo. Mas o que especificamente levou os Estados Unidos a chegarem nesse péssimo cenário? As duas figuras abaixo mostram a evolução do número de casos e óbitos relacionados aos vírus entre os meses de fevereiro e maio.

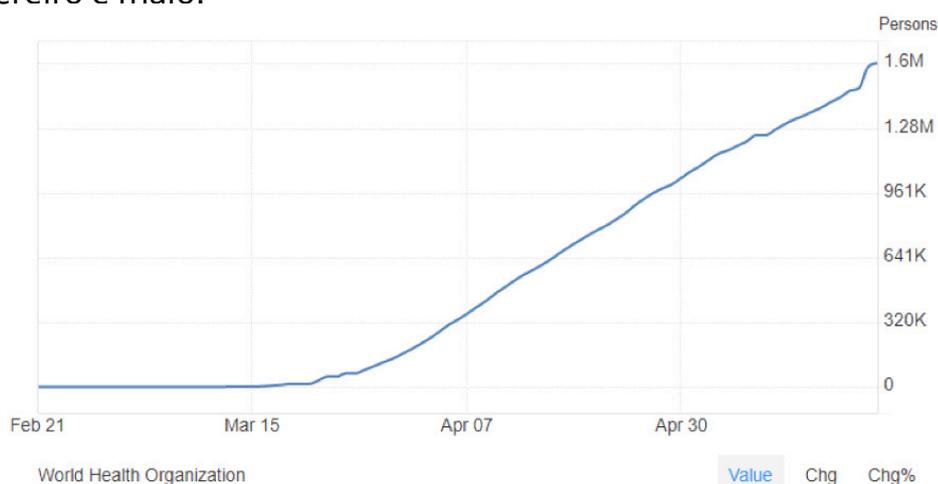


Figura 1 - Casos de Covid-19 nos EUA. Fonte: *Trading Economics*.

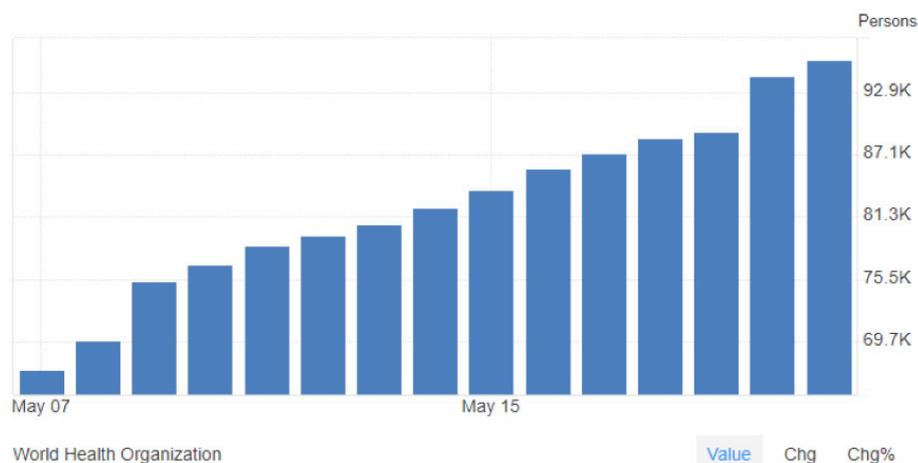


Figura 2 - Mortes por Covid-19 nos EUA. Fonte: *Trading Economics*.

O primeiro caso reportado no país foi no dia 21 de janeiro. Dez dias depois, a primeira medida de contenção do vírus foi tomada: a proibição da entrada de estrangeiros que tivessem visitado a China num período anterior a 14 dias. Mesmo com especialistas alertando a Casa Branca que outras medidas como o distanciamento social deveriam ser adotadas, não houve nenhuma mobilização para que isso ocorresse, tal medida só viria a ser tomada no mês de março. Também houve um negacionismo por parte do presidente Trump que comparou o vírus com uma gripe e ainda disse no mês de janeiro que em poucos dias os casos chegariam perto de zero. Tudo isso somado à falta de um sistema de saúde público e universal e à falta de coordenação entre os Estados que tomaram medidas diferentes uns dos outros, teve seus resultados: pouco mais de 1 mês e meio depois do primeiro caso ter sido reportado, o país passou a ser o epicentro da doença no mundo. O presidente republicano Donald Trump seguiu uma linha de medidas que se aproximam das medidas tomadas -ou não tomadas, pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Ambos os chefes de Estado demoraram para tomar medidas de isolamento, negaram a gravidade do vírus e da pandemia. Os Estados Unidos e o Brasil estão entre os países mais gravemente afetados pela nova pandemia.

O Fundo Monetário Internacional, no relatório *World Economic Outlook, April 2020: The Great Lockdown*, baseado em uma previsão significativamente positiva da crise do coronavírus, projeta que para 2020 o PIB dos EUA tenha uma retração na casa dos 5,9% e que em 2021 o país já passaria a ter uma expansão de 4,7%. No entanto, apenas no primeiro trimestre de 2020, o PIB norte americano teve uma contração de 4,8%. Sendo a maior queda trimestral do país desde o último trimestre de 2008, encerrando assim a mais longa expansão da história do país, conforme é possível perceber a partir da figura 3.





©IMF, 2020, Source: World Economic Outlook (April 2020)

Figura 3 - Variação do PIB nos EUA. Fonte: FMI.

O desemprego nos Estados Unidos atingiu os piores níveis dos últimos 70 anos, aproximadamente 20,5 milhões de norte americanos perderam seus empregos em abril. A taxa de desemprego chegou a 14,7% em abril, sendo que dois meses antes o desemprego alcançava sua mínima histórica de 3,5%, Paul Krugman¹ ainda afirma em uma coluna publicada em maio na Folha de São Paulo, que a taxa poderia chegar até 20%. A taxa de desemprego tem níveis piores se separada em minorias étnicas, entre os hispânicos o desemprego é de 18,9%, para os afro-americanos a taxa fica em 16,7%, enquanto entre a população branca a taxa fica até abaixo da taxa geral, cerca de 14,2%. Os pedidos de seguro-desemprego também tiveram um salto significativo. Durante o ano de 2019, até meados de março de 2020 os pedidos giravam em torno de 217 mil por semana, no decorrer de março até abril os pedidos chegaram a ficar em torno de 6-7 milhões semanalmente.



¹KRUGMAN, Paul. **Como criar uma depressão pandêmica.** Folha de São Paulo, 2020.

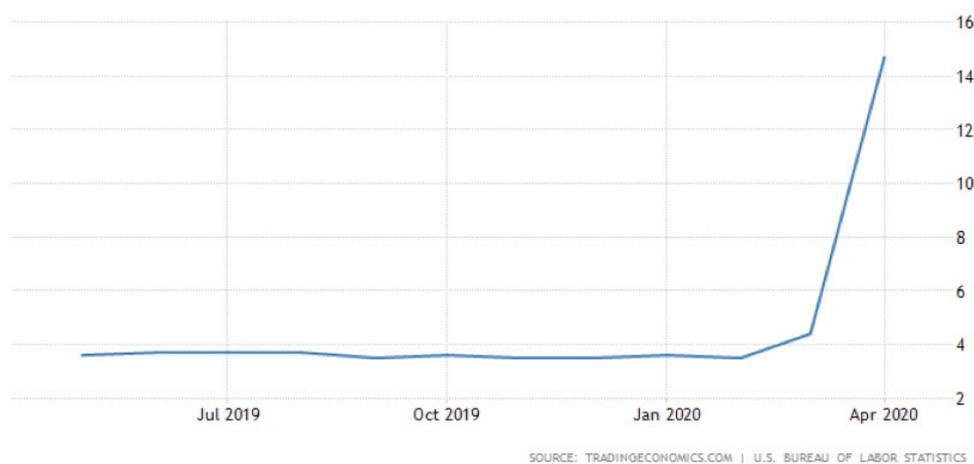


Figura 4 - Taxa de desemprego nos EUA. Fonte: *Trading Economics*.

Joseph Stiglitz², em entrevista concedida ao jornal Estado de São Paulo no dia 05/04/2020, diz que os mercados não são suficientes para avaliar adequadamente os riscos sociais associados a pandemias e catástrofes naturais, colocando a atuação governamental como o modelo para manutenção do bem-estar social, onde só a atuação direta do governo é capaz de manter uma sociedade mais saudável. Para conter essa crise, tramitava no mês de março no Senado dos Estados Unidos, um aporte para a economia americana na casa dos 2.2 trilhões de dólares, que serão injetados na economia para cidadãos, fundos de saúde e auxílios para empresas. De acordo com a matéria publicada na revista Exame em 26/03/2020, os gastos de maior notoriedade do projeto, preveem uma ajuda de 377 bilhões de dólares para pequenas empresas e cerca de 500 bilhões de dólares em empréstimos para grandes empresas e estados. Além de 172 bilhões de dólares ao sistema de saúde, para investigação de vacinas e tratamentos para o vírus, também para cobrir os lucros e gastos perdidos em detrimento da pandemia pelos hospitais e provedores de serviços médicos. O Departamento de Educação também receberá



²“5 lições econômicas da pandemia, segundo Joseph Stiglitz”. O Estado de São Paulo, 05/04/2020.

30.8 bilhões para apoiar as escolas e faculdades fechadas por todo o país. Também houve corte aos benefícios para o presidente, o vice-presidente e os membros do congresso e suas famílias. Esses não poderão receber empréstimos do Tesouro, nem apoio em negócios aos quais eles sejam donos de pelo menos 20%.

Há também por parte do governo uma transferência direta de renda aos contribuintes. Diferentemente do caso brasileiro (ver adiante), a medida foi mais ampla, além dessa transferência ter sido iniciada muito mais rapidamente do que o auxílio brasileiro, que teve inclusive vários adiamentos para o pagamentos das parcelas (mesmo considerando as diferenças de renda per capita entre esses países, é preciso pontuar que a maior vulnerabilidade da população brasileira a faz necessitar de recursos mais expressivos). Ainda de acordo com a revista Exame citada acima, nos Estados Unidos, os cidadãos que foram assistidos de acordo com a medida proposta dentro do aporte de cerca de 2 trilhões de dólares, são: os cidadãos solteiros que receberam US\$1200, os casados que receberam US\$2000. Além de US\$500 para cada filho. Os benefícios têm uma limitação mas que ainda o deixa muito abrangente: quem recebe mais de US\$99000 ao ano não foram cobertos com as medidas e os benefícios também são reduzidos para quem ganha entre 75000 a 99000 dólares ao ano. O seguro-desemprego também foi ampliado, fora os valores já pagos pelos estados, os desempregados podem receber o valor fixo de 600 dólares por semana durante 4 semanas. Cobrindo assim também trabalhadores autônomos e informais que não podem receber o seguro-desemprego. Por mais que a medida ajude inicialmente, o governo e seus aliados parecem decididos a não fazer e extensão e manutenção da medida. Sobre a possibilidade de prorrogar esses benefícios para desempregados que expiram em 31 julho, o senador republicano Lindsey Graham falou: "Sobre os nosso cadáveres".

25

De fato a crise se aprofundou com esse novo vírus, no entanto as mazelas e contradições do sistema capitalista que essa crise escancarou não são nada novos. A realidade bate a porta e expõe toda a velha desigualdade do nosso sistema, há muito já conhecidas.

Como disse Belluzzo³: “Chama o Estado porque o mercado sumiu”, os modelos neoclássicos e os inestimáveis manuais de economia são jogados de lado, instaura-se uma espécie de keynesianismo de guerra e o dinheiro que há muito não havia também, de certa forma brota do chão. Randall Wray⁴, em entrevista concedida a CEE-Fiocruz em 19/04/2020, afirma que a austeridade agora jogaria a economia numa recessão mais profunda, que o momento é de expandir a base monetária imprimindo mais moeda. A questão que fica é, e a inflação? Para o economista essa emissão de moeda para subsidiar políticas públicas não gera necessariamente inflação, segundo ele a pressão inflacionária só ocorreria pelo lado do consumo de pessoas com a renda alta que “podem consumir 100 vezes mais que as pessoas de renda baixa”. Tanto Thomas Piketty⁵, Joseph Stiglitz e Randall Wray concordam que ao menos uma taxação maior de quem tem a renda mais alta -mesmo que temporariamente, seria benéfico para a economia no momento. De acordo com a matéria do Estado de São Paulo publicada em 10/04/2020, Stiglitz também não concorda com essa dicotomia criada entre salvar a economia ou vidas, defendida pela maior parte das autoridades americana. Ele afirma que: “O fato é que, se você não salvar as pessoas, a economia será devastada. Pessoas não irão ao restaurante, ficarão nervosas quanto a ir ao trabalho, não irão voar por aí, haverá medo no ar. Basicamente, a economia se encaminhará para a paralisia se não pararmos a pandemia. Por isso, é uma boa decisão colocar a prioridade nas pessoas e controlar a pandemia”.



³Belluzzo, Luiz. **O Dinheiro e o Mercado**. Blog Nocaute, 2020.

⁴Wray, Randall. **CEE-Fiocruz entrevista o economista Randall Wray: governos devem emitir moeda e aumentar seus gastos**. CEE-Fiocruz, 2020.

⁵Piketty, Thomas. **O coronavírus resultará em sociedades mais justas?**. The Guardian, 2020.

3.3 União Europeia e Reino Unido

No presente tópico, serão expostos os principais dados da doença e da economia, como também as principais medidas econômicas e sanitárias tomadas, até a presente data, por alguns países da União Europeia e o Reino Unido. Os países europeus pesquisados para tal análise são: Alemanha, França, Portugal e Espanha tendo sido escolhidos por se tratarem de países com diferentes estruturas econômicas e sociais, assim como diferentes políticas fiscais e de combate à pandemia. Se faz necessário lembrar que os países escolhidos do continente europeu não somente fazem parte da União Europeia, mas como também da zona do euro, de modo que suas políticas monetárias e fiscais são vinculadas ao Banco Central Europeu. Serão apresentados os países individualmente e em seguida o conjunto de medidas da União Europeia.

3.3.1 Alemanha

Com o maior Produto Interno Bruto (PIB) da União Europeia e com a maior população da zona, a Alemanha confirmou até a presente data deste trabalho, um total de 183 mil casos confirmados do novo coronavírus (dados coletados pelo Centro de Gerenciamento de Desastres e Tecnologia de Redução de Riscos do Instituto de Tecnologia Karlsruhe). O número de casos foi uns dos maiores entre todos os países, porém foram registradas 8.773 mortes pela nova doença, um patamar muito menor que outros países europeus com demografias semelhantes. As primeiras ações para combate datam do dia 12 de março, em um pronunciamento a primeira-ministra Angela Merkel pediu ao povo alemão para que mantivesse o distanciamento social e, em conjunto, estados da federação determinaram o fechamento de escolas e adiamento dos semestres pelas universidades. Medidas mais restritivas foram colocadas em 16 de março pelo governo federal, na qual viagens turísticas pelo território alemão foram proibidas, assim como boa parte do funcionamento do comércio. Os resultados foram visíveis no mês de abril: enquanto em diversos países pelo globo ocorriam colapsos dos seus sistemas de saúde, a Alemanha possuía



leitos a disposição conforme dados da Associação de Hospitais da Alemanha. É preciso registrar o preparo alemão não somente para a pandemia, mas a existência de um sistema de saúde robusto e amplo para sua população que possibilitou a realização de testes em larga escala no território alemão (um total de 4.348.880 testes para a covid-19, atingindo um índice de 51.917 por milhão de habitantes até a presente data deste trabalho).

Para a projeção do impacto econômico no país foi utilizado o exemplo chinês, dada a crise econômica gerada pelo vírus e pelo distanciamento social imposto: com as medidas de contenção e de paralisação econômica, o Instituto de Pesquisa Econômica de Munique (*Information Forschung*, IFO) estimou um recuo entre 7,25% e 20,6% do PIB em seu relatório de março; de acordo com o relatório do FMI, a retração será de 7% neste ano. Para o desemprego, registrou-se, no mês de abril, um aumento de 5,8% marcando o maior crescimento em um único mês desde 1991, numa taxa de crescimento de março para abril de 13,2%. Ao final do ano de 2019, a taxa de desemprego marcava 4,9%. O ano de 2020 registra a maior contração do PIB desde a fundação da República Federal da Alemanha, em 1949.

As medidas econômicas tomadas se preocuparam principalmente em manter a renda da população e evitar demissões e falências em massa. No dia 23 de março, o governo federal anunciou um pacote de aproximadamente 750 milhões de euros. Estavam envolvidos no pacote complementação de salários, auxílio de até 15 mil euros à autônomos e pequenas empresas, adiamento de pagamento de tributos para empresas a garantias de empréstimos também. Em conjunto foi reativado o Fundo de Estabilização, criado durante a crise financeira de 2008 com o objetivo de apoiar empresas com problemas de liquidez e capitalização. Na primeira quarta-feira (dia 4) de junho, o ministro da Economia alemão, Peter Altmaier, apresentou o novo pacote de investimento do governo de 130 bilhões de euros para a reativação da economia nacional chamado de *Kraftpaket Deutschland*, ou “Alemanha Casa de Força”. Dentro do pacote estavam incluídos o pagamento de 300 euros por criança às famílias alemãs, totalizando



4,3 bilhões de euros; gastos de 50 bilhões em tecnologias digitais ou de combate ao aquecimento global; 25 bilhões em fundos de subsídios às pequenas empresas com queda de receita no segundo semestre. Outras medidas dentro do pacote foram as reduções de impostos sobre o valor agregado e o aumento do subsídio a carros elétricos.

A suspensão das medidas de distanciamento ocorreu no final de abril, com a permissão de abertura de pequenas lojas de até 800 metros quadrados, livrarias e concessionárias tendo como condição a utilização de máscaras ao sair de casa. Ainda assim, as chances de uma segunda onda de contágio mostram-se possíveis, pois em maio foram registrados novos casos de corona vírus. Esses reportados tiveram origem em eventos como missas e em restaurantes no início do mês, elevando a taxa de contágio do país que se manteve baixa durante os meses de confinamento.

3.3.2 França

Para o caso francês, que possui população de tamanho e distribuição demográfica parecidos com os da Alemanha, a doença teve, e ainda tem, um impacto muito maior. Hoje são 153.977 casos confirmados de covid-19, porém os casos de óbitos pela doença são 3 vezes maiores, contabilizando em 16 de junho um total de 29.155 de mortes. A testagem de casos confirmados também é muito discrepante: enquanto na França foram feitos um total de 1.384.633 testes para o covid-19, na Alemanha, o número de testes é 3 vezes maior. As primeiras medidas de quarentena foram tomadas no dia 16 de março que, segundo o primeiro-ministro francês Edouard Philippe em um discurso à Assembleia Nacional, frearam o avanço da doença, evitando o aumento do número de mortes expressivamente.

Nesse período, de acordo com o INSEE (*Institut national de la statistique et des études économiques*) a retração da atividade do país registrada foi de 5,8% nos três primeiros meses do ano, com recuo de investimento de empresas (por volta de 11% entre janeiro e março) em conjunto com a queda do consumo, importação e exportação (6%, 6,5% e 5,9% respectivamente). A recessão, oficialmente anunciada,



marca a maior retração trimestral desde o fim da Segunda Guerra Mundial; em março, as inscrições no seguro desemprego marcaram aumentos históricos nos registros.

Os impactos econômicos refletem diretamente no emprego: 6 milhões de trabalhadores estavam em situação de desemprego temporário no início de abril, de acordo com o Banco da França. Para contrapor a recessão econômica, o governo francês divulgou, na segunda semana de abril, medidas de auxílio para os setores econômicos. O plano de suporte à empresas e assalariados de 110 bilhões de euros e garantia de crédito do Estado de 300 bilhões de euros pelo BPI francês (*Banque Publique d'Investissement*, em português "Banco Público de Investimento"). Na última semana de maio, o governo anunciou um plano voltado para a indústria de automóveis: no total serão 8 bilhões de euros em investimentos diretos, com o comprometimento das empresas em retornar à produção no território francês.

Entretanto, mesmo com as políticas para combater a recessão, o governo francês sofreu muita pressão para a reabertura do comércio e do relaxamento do isolamento social. A estratégia adotada pelo governo é de seguir em etapas para o fim do confinamento, iniciada no dia 11 de maio e com fim em 2 de junho. A primeira delas foi a volta às aulas com regras a serem seguidas, um número máximo de alunos, com uso obrigatório de máscaras e, manter o distanciamento dentro das salas. As empresas foram aconselhadas a manter o "*home office*" quando possível; a reabertura do comércio, exceto restaurantes e cafés; retorno do transporte público com aumento da frota; viagens de trem foram permitidas somente em casos de extrema necessidade.

3.3.3 Portugal

Portugal se mostrou um caso bem-sucedido no combate à Covid-19: mesmo abaixo da média europeia em UTI's para cada 100 mil habitantes (sendo apenas 3,39 leitos por 100 mil habitantes de acordo com a Base de Dados Portugal Contemporâneo no ano de 2017), os casos totais de Covid-19 somam 35.306 e as mortes em decorrência



da doença 1.492, até a data deste trabalho. O país apresenta uma das menores taxas de infecção do continente, 8%, mantendo o número de testes a cada milhão de habitantes em 79.656, num total de 940.988 testes.

Como a maior parte dos casos se concentraram nos dois principais centros urbanos, Grande Lisboa e a região do Porto, o estado de emergência passou a vigorar dia 13 de março, decretado pelo primeiro-ministro António Costa, com o fechamento de escolas e restringindo a circulação de pessoas. Com o controle do avanço da doença, o governo português pôde rebaixar o estado de emergência para estado de calamidade a partir do dia 2 de maio, em que permite a circulação de pessoas, mas impôs regras para não elevar a contaminação. O uso de máscara em ambientes fechados e em transportes públicos, não realizar reuniões com mais de 10 pessoas foram algumas das disposições e, em conjunto, o governo realizou a cada 15 dias avaliações das medidas de relaxamento no distanciamento social para a prevenção de uma nova onda de contágio.

A segunda fase do relaxamento das medidas de isolamento começou no dia 18 de maio, contemplando a reabertura de espaços de até 400 metros quadrados, museus, monumentos, creches e escolas para estudantes do ensino médio; no dia 1º de junho, foi permitida a volta de cinemas, teatros, centros comerciais e grandes lojas, liberando parcialmente o trabalho presencial também. As medidas de isolamento e a crise de saúde pública geraram consequência econômica na indústria portuguesa, principalmente na do turismo. O relatório da Comissão Europeia projetou uma redução de 50% do turismo na Europa esse ano afetando principalmente Portugal, Espanha e Grécia, países altamente dependentes do setor. Essa indústria representa em Portugal 8% do PIB e 9,8%. Cifras apenas superadas pela Espanha com 11,8% e 13,5% respectivamente segundo dados da OCDE de 2018. Assim, a queda do PIB português projetado para esse ano pela Comissão Europeia é de 6,8% com elevação do desemprego de 9,7%. Essas projeções são mais otimistas que as realizadas pelo FMI, que projetam uma recessão de 8% em 2020 e uma taxa de desemprego de

13,9% no país.

As medidas econômicas para amenizar a crise focaram principalmente na proteção à indústria do turismo e na manutenção dos empregos internos do país. Parte das políticas ao turismo foram articuladas principalmente pela Comissão Europeia; as medidas voltadas para a manutenção do emprego focaram no facilitamento do regime *lay-off*. O sistema *lay-off*, de acordo com a Segurança Social da República Portuguesa (sistema para assegurar direitos básicos aos cidadãos), se resume “na redução temporária dos períodos normais de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho efetuada por iniciativa das empresas”. A medida tem como objetivo encerrar as atividades econômicas, mas manter o vínculo trabalhista entre patrão e empregado, assegurando os salários, esses pagos em parte pela Segurança Social e outra pela própria empresa, sendo a maior parte do montante pago pelo estado. A estimativa do governo é que um milhão de trabalhadores ingressem no sistema, alcançando encargos estimados em até um bilhão de euros.

3.3.4 Espanha

A Espanha apresentou, junto com a Itália, um dos mais chocantes casos de superlotação do sistema de saúde. Registrando 289.787 casos confirmados do coronavírus e mortes pela doença de 27.136 pessoas, o país passou por um longo período de quarentena, com seu início no dia 14 de março, sendo que no dia anterior foram confirmados casos de covid-19 em 50 províncias. A presença de militares nas ruas, assim como também ocorreu na Itália⁶, para impedir a saída de pessoas e auxiliar na logística da pandemia, mudou a forma com que o mundo via a doença. No total, a quarentena durou até o dia 13 de abril, quando profissionais de serviços não essenciais puderam voltar ao trabalho e progressivas medidas de flexibilização a partir do dia 4 de maio foram



⁶ Esse país foi o primeiro integrante da União Europeia onde a pandemia se descontrolou por não terem sido tomadas as precauções no seu devido tempo, atingindo rapidamente o status de epicentro mundial. O que chama a atenção na Espanha é que quando a pandemia começou a se desenrolar o (mal) exemplo italiano estava disponível.

tomadas, com previsão de término no final de junho, marcando um total de 4 milhões de testes para a doença realizados, numa taxa de 86.921 testes por milhão de habitante.

Com o início da quarentena, a Espanha registrou a perda de 900 mil empregos nas primeiras duas semanas, fechando o primeiro trimestre de 2020 com 14,4% de desempregados da população ativa, de acordo com o *Instituto Nacional de Estadística* (Instituto Nacional de Estatística espanhol). Em 2019, a taxa do país estava em 13,8%. Para as projeções da taxa de desemprego se destacam as do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco da Espanha. Para o primeiro, a taxa pode subir até o fim do ano para 20,8% da população ativa; o segundo estima um índice entre 18,3% a 21,7%. O aumento da taxa de desemprego foi acompanhado da retração de 5,2% no PIB, a maior queda do produto desde o fim da Guerra Civil Espanhola (1936 - 1939), sendo que ao final de 2019 o país registrava crescimento de 0,4% do PIB. Assim, as projeções do Banco da Espanha para o PIB de 2020 são de 6,6% a 13,6% pontos negativos, para o FMI, a projeção é de queda de 8% para esse ano.

O governo, do primeiro-ministro espanhol Pedro Sánchez (Partido Socialista Obrero Español - PSOE), anunciou no começo de março um pacote econômico de 200 bilhões de euros para contornar a crise. Nele estavam garantias de crédito e empréstimos às empresas e auxílios a pessoas vulneráveis, pretendendo alcançar o um milhão mais pobre da população com uma renda básica possível de acumular com um salário de um novo emprego. Ao todo, o programa representou cerca de 20% do PIB do país com empréstimos e créditos ancorados no estado espanhol. A intenção do programa também se estende à proteção de empresas nacionais de entidades estrangeiras, visto a fragilidade econômica imposta pela crise.

33

3.3.5 Reino Unido

O Reino Unido mostrou-se um caso preocupante na Europa devido aos grandes números registrados de covid-19, totalizando em 12 de junho 291.409 casos, com 41.279 mortes. O país realizou

6.240.801 testes para o vírus, com uma taxa de 91.956 testes por milhão de habitantes. No início de março, o primeiro-ministro conservador Boris Johnson em uma coletiva de imprensa anunciou a política para o combate, denominada como “imunidade de rebanho”, que consiste em manter as liberdades de circulação no intuito de que a população adquira imunidade para a doença. As estimativas indicavam que 60% da população deveria contrair o vírus e adquirir anticorpos para que a política tivesse sido bem-sucedida. O plano foi muito criticado pela comunidade científica, de modo que a equipe de cientistas do governo, o *Scientific Advisory Group for Emergencies* (“Conselho Consultivo Científico para Emergências”) orientou que as medidas fossem alteradas para implementar o isolamento social, algo que já estava em vigor em outras partes da Europa na data. A mudança definitiva aconteceu quando o relatório *“Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID19 mortality and healthcare demand”* (“Impacto das intervenções não-farmacêuticas para reduzir a mortalidade por Covid-19 e a demanda de assistência à saúde”) do Imperial College de Londres foi publicado no dia 16 de março, projetando mortes pelo corona vírus de 250 mil pessoas caso se mantivesse o plano original. O estudo propôs a mudança das políticas contra o novo vírus, sendo implementadas no dia 23 de março o início da quarentena, fechando os comércios não essenciais e proibindo aglomerações e reuniões; permissão apenas para aqueles que fossem trabalhar.

No dia 27 de março, em coletiva de imprensa, o primeiro-ministro Boris Johnson anunciou que havia contraído o vírus e no dia 5 de abril foi levado ao hospital e em 24 horas transferido para a unidade de terapia intensiva. O primeiro-ministro recebeu alta dia 12 de abril, retornando ao trabalho na semana seguinte. Este evento marcou a mudança de pensamento de Boris Johnson, relatada por ele mesmo, que após a experiência com a doença, passou a defender as medidas de isolamento e o sistema público de saúde inglês. O relaxamento deu-se no dia 13 de maio, com a permissão de exercícios ao ar livre e viagens de carro para outras cidades. A intenção é manter a medida



até o início de junho, que, com progressivos relaxamentos, pretende reabrir o comércio e a circulação de pessoas.

Em relação à atividade econômica, o *Office for National Statistic* (“Escritório Nacional de Estatística”, órgão semelhante ao IBGE) reportou no dia 12 de junho a queda de 20,4% do Produto Interno Bruto inglês no mês de abril na comparação ao mês anterior. O órgão público já havia reportado em maio o aumento expressivo nos números de pedido de seguro-desemprego no mês de abril, com 2,1 milhões de requisições contabilizadas, um aumento de 69% em comparação ao mês de março. A taxa de desemprego, de janeiro a março deste ano, manteve-se em 3,9%, de acordo com *Office for National Statistic*, entretanto, para a ministra do Trabalho e Pensões, Thérèse Coffey, as expectativas são de aumento significativo na taxa. De acordo com o *Office for Budget Responsibility* (“Gabinete de Responsabilidade Orçamentária”), as projeções foram de que a taxa de desemprego em abril atingiria 10% devido o cenário do mês. Até a presente data do trabalho, a taxa de desemprego para abril ainda não foi publicada.

Para enfrentar a crise e o prognóstico de queda, o governo de Boris Johnson anunciou, logo após o início do isolamento, pacotes de resgate e auxílio econômico tanto para empresas quanto para trabalhadores. No total foram 418 milhões de libras no mês de março. Dentro do pacote estavam garantidos empréstimos às empresas e cortes em impostos a essas. Também estava incluído o pagamento de até 80% dos salários de até 2.500 libras por mês; trabalhadores por conta própria não estavam incluídos nesse pacote, porém, eles tiveram prolongamento do prazo para pagar impostos e aumento dos benefícios sociais. Outra medida foi a suspensão do pagamento do imposto sobre valor agregado, conhecido como IVA. É válido ressaltar a mudança de coordenação de política econômica tomada pelo Partido Conservador britânico, partido do primeiro-ministro, que até então defendia a austeridade fiscal como principal medida econômica.

35

3.3.6 União Europeia

O continente europeu registrou ao todo 2.187.307 casos de

covid-19, com a maioria das mortes para a doença tendo ocorrido na Alemanha, Itália, Espanha e no Reino Unido (atualmente não mais no bloco econômico europeu). Em toda a Europa, houve diferentes formas de contenção do vírus, algumas já comentadas nos parágrafos anteriores, e diferentes formas de medidas econômicas adotadas. No entanto, a crise não impediu que ocorressem desentendimentos entre os países do bloco: o principal desentendimento foi marcado pelas críticas de setores da sociedade alemã ao plano franco-alemão que foi exposto pelos líderes das duas nações no dia 18 de maio. O plano propôs o redirecionamento de 500 bilhões de euros em compra de dívidas públicas dos países mais afetados pela crise. O embate aconteceu a partir do momento em que opositores alemães questionaram o plano, segundo o jornal conservador *Frankfurter Allgemeine Zeitung* em um editorial, a União Europeia não se justificaria ao jogar “suas regras e princípios ao mar”. Os opositores seguiram o argumento da austeridade fiscal e compromisso com a dívida, sendo que a Alemanha é um país exemplo no quesito de compromisso com sua dívida. Aos órgãos europeus, manteve-se a responsabilidade no fornecimento de crédito às nações participantes da zona do euro. Dessa forma, o Banco Central Europeu propôs medidas de expansão do crédito e suspensão das regras fiscais aos países.

A Comissão Europeia ficou responsável pela coordenação das ações conjuntas dos países membros em relação a crise do coronavírus. No dia 27 de maio, apresentou uma nova proposta de plano de recuperação ao bloco chamado *Next Generation EU*. A proposta projeta a viabilização de um fundo para o investimento no fortalecimento das economias europeias, totalizando 750 bilhões de euros. Parte do fundo se traduziria em subsídios e o restante em empréstimos aos países que deverão se candidatar para tal. A idealização também busca o investimento em novas tecnologias visando o Pacto Ecológico Europeu. De acordo com a presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen, o plano de recuperação “transforma o enorme desafio que enfrentamos numa oportunidade, não só apoiando a recuperação, mas também investindo no nosso futuro”.



Com o controle da expansão da covid-19 pelo continente europeu, alguns governos iniciaram as reaberturas na terceira semana de maio: 16 de maio, o governo alemão anunciou o afrouxamento gradual dos controles de fronteiras, iniciando por Luxemburgo. No dia 15 de junho, Bruxelas anunciou a reabertura das fronteiras internas e externas de forma gradual. O anúncio segue com o início do verão no hemisfério norte, momento de alta do turismo europeu, em conjunto com as baixas taxas de transmissão e baixas taxas de mortes pelo vírus. No Reino Unido, não mais pertencente à União Europeia, a política para viajantes de fora continua a quarentena de 14 dias antes de entrar no país.

As projeções para o PIB europeu seguem na linha das anteriores já mencionadas para os países selecionados: a retração entre 9% e 15%, uma elevação da taxa de desemprego de 9,2% e um crescimento médio de 6,5% do déficit público. Mas os esforços para manter a união do bloco se mostram não somente no pacote econômico já mencionado, como também na busca por um tratamento para a doença: no dia 15 de junho, Alemanha, França, Itália e Países Baixos assinaram acordo com o grupo farmacêutico AstraZeneca para garantir o fornecimento à União Europeia de uma eventual vacina contra o corona vírus. O acordo foi anunciado pelo governo alemão e prevê a distribuição para todos os países membros do bloco garantido a produção em larga escala da eventual vacina, ainda em testes com previsão de aprovação para esse ano ou o próximo.

A incerteza generalizada sobre o futuro da economia do continente coloca dúvidas sobre o futuro da zona do Euro e a liderança da União Europeia. Como comentado acima, os principais países do bloco procuraram formas de amenizar uma crise sem precedentes históricos. O distanciamento social e as características da doença fomentam o debate sobre abertura das fronteiras, esse iniciado já em 2016 com o plebiscito sobre a saída do Reino Unido da União Europeia. Ainda que nesse ano a saída efetiva tenha sido mais uma vez adiada, entretanto dessa vez por um motivo de saúde pública, os questionamentos principalmente dos partidos de extrema direita



não recuaram perante tamanha calamidade internacional que é a covid-19.

3.4 Austrália e Nova Zelândia no combate à pandemia

Passados 8 dias do pronunciamento oficial (12/03) da Organização Mundial da Saúde (OMS) que classificou a Covid-19 como uma pandemia, o governo australiano (Partido Liberal) já anunciava as primeiras medidas para conter a disseminação da doença. Mais rápida foi Jacinda Ardern, primeira-ministra neozelandesa do partido trabalhista, que em 14 de março já tomava “passos significativos” para proteger os cidadãos do país. Dentre as medidas anunciadas pelas duas nações como respostas iniciais estavam a quarentena obrigatória de 14 dias para as pessoas que chegavam ao país, a proibição de aglomerações e a recomendação do isolamento social.

A resposta rápida empreendida resultou nos números reduzidos de contágios e óbitos provocados pelo vírus. Em 20 de maio, o Ministério da Saúde da Nova Zelândia reportou 1.503 casos confirmados/prováveis e apenas 21 mortes. Proporcionalmente, esses números indicam que apenas 0,6% da população que foi testada (238.725 em 19/05) se infectou com o corona vírus. A respeito da origem da infecção, apenas em 6% dos casos que foram adquiridos localmente não foi possível traçar o mapa de contágio.

A Austrália também reportou, em 20/05, a taxa de 0,006 de positivos/testados apesar de ter um número maior de casos, 7.079, e mais mortes, 100. Sabendo que a população australiana é um pouco mais que cinco⁷ vezes maior que a de seu país vizinho, pode-se apontar que os governos tiveram resultados parecidos no controle da disseminação do vírus. No momento em que o presente texto foi escrito, ambas as nações parecem ter controlado a doença. Devido ao sucesso das estratégias e na sincronia de ações entre os países, já há um movimento de aproximação entre os governos para criar uma

⁷Proporção calculada com base nas previsões populacionais disponibilizadas pelos órgãos de estatística dos respectivos países.

“bolha de viagem” que ajudará na recuperação econômica.

Neste contexto, para além da resposta epidemiológica, desde o início os países também implementaram estratégias para amortecer os efeitos do apagão econômico inevitável. A Austrália dedicou cerca de 16,4% do PIB (\$AUD 320 bi) para tentar conter a crise. Entre as medidas adotadas pode-se destacar: o programa que visa manter os empregos em que o governo se oferece a pagar \$1.500 a cada duas semanas para cada empregado, a depender das condições da empresa; um aporte de renda para indivíduos elegíveis de \$550 a cada duas semanas; duas parcelas de \$750 de ajuda para as famílias elegíveis; assistência em capital de giro para empresas sem cobrança de impostos; flexibilidade para evitar a falência; e disponibilidade de crédito a juros baixos.

Acompanhando o movimento, não só australiano mas mundial, de maior participação estatal nesse momento de profunda crise, quiçá depressão, a Nova Zelândia anunciou também um pacote de medidas. Algumas delas são: \$NZD 2,8 bilhões em alívio de impostos; \$NZD 600 milhões em ajuda à indústria de frete aeroviário para proteger as cadeias produtivas; \$NZD 900 milhões em empréstimo com baixa taxa de juros para a Air New Zealand; \$NZD 6,25 bilhões para o “esquema de garantia de financiamento de empresas” em que o governo cobre 80% do risco da dívida dos empréstimos e os bancos 20%, além de financiar empréstimo a juros baixos para os bancos por até 3 anos; um esquema de aproximadamente \$NZD 12.2 bilhões de subsídios salariais para ajudar os trabalhadores a se manterem conectados aos seus empregos; e \$NZD 40 milhões, dos \$500 milhões destinados a saúde, diretamente para ajudar as comunidades Maori acrescidos de \$16,5 milhões de outros fundos. Além disso, as últimas notícias dão conta que está sendo debatida uma jornada laboral de 4 dias semanais que poderiam ajudar na recuperação do país. Isso porque uma das principais atividades é o turismo e a medida seria um incentivo para os residentes viajarem dentro do país.

Como já se sabe, apesar dos esforços realizados, o mundo viverá uma recessão em 2020 e as previsões do Fundo Monetário Internacional



não são diferentes para essas duas economias. O interessante é notar que, segundo a instituição, as recuperações econômicas se darão logo em 2021 assumindo que a pandemia terá um fim no segundo semestre de 2020. Apesar da ubiquidade da incerteza seguem os números.

Para a Austrália, que vinha de um crescimento positivo de 3,7% em 2019 (com característica descendente se comparada ao ano anterior), a expectativa de decréscimo é de um ponto percentual em 2020. Segundo o FMI, em 2021, o país terá um crescimento em relação a 2020 de 6,6%. O Fundo não apresenta as previsões de nível de desemprego para o país, entretanto, o "Australian Bureau of Statistics" apontou uma variação positiva de 1% na taxa em abril se comparado com o mês anterior. De 5,2% para 6,2%, isso significa que 104.500 postos de empregos foram extintos. A figura 5 demonstra a reversão na trajetória do nível de desemprego causada pela crise.

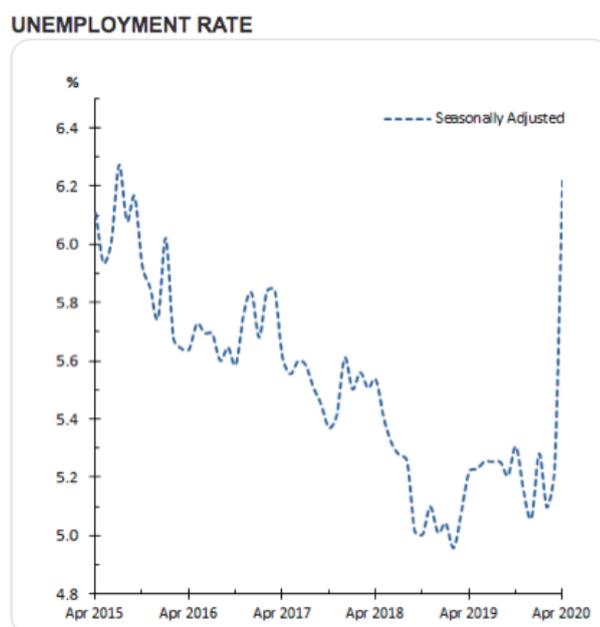


Figura 5 – Taxa de desemprego na Austrália. Fonte: Australian Bureau of Statistics.

As previsões do FMI para a Nova Zelândia também sugerem uma recuperação em “V”, ou seja, se tudo voltar ao normal no segundo semestre de 2020, o país terá uma queda de 7,2% no PIB em relação a 2019 e uma recuperação de 5,9% no ano seguinte. O desemprego parece acompanhar a trajetória do PIB e terminar 2020 em 9,2% com uma recuperação gradual para 6,8% em 2021.

Como já exposto acima, há uma incerteza generalizada quanto à economia global e, conseqüentemente, às economias nacionais. Várias hipóteses tiveram de ser assumidas pelos autores do “*World Economic Outlook*”, documento publicado em abril de 2020 pelo FMI que tenta prever o rumo da economia, para que se chegasse aos resultados aqui replicados. Os cenários mudam rapidamente e a capacidade de previsão humana se torna cada vez mais míope. Entretanto, ao se discutir o rumo que a crise sanitária/econômica/social tomou nos países aqui analisados, parece que haverá uma maior congruência da realidade com o que foi apresentado pelo Fundo.

Isso porque, as duas nações implementaram eficazmente as recomendações da Organização Mundial de Saúde, dos epidemiologistas e dos cientistas sociais. O esforço conjunto dos governos federais aliado à resposta sinérgica da população pode ter resultados bastante promissores no que tange tanto à qualidade da saúde pública e à economia nos próximos meses, ou anos, depois da pandemia.

Ainda, no contexto de cadeias produtivas globais, cabe expor, de modo geral, a recuperação mais rápida dos países orientais do que os países ocidentais (se pensados geograficamente). Observando brevemente os parceiros comerciais de Austrália e Nova Zelândia (figuras 6 e 7, respectivamente) em 2017, pode-se obter pistas que esses países podem se beneficiar da retomada e, portanto, de uma reconstrução mais rápidas de suas cadeias produtivas. Isso se deve ao fato de ambas as economias terem como principal parceiro comercial a China, que pode vir a ser o motor mundial pós-pandemia. Além disso, nota-se que os países oceânicos referidos mantêm relação forte com outros países que também vêm demonstrado melhor desenvoltura na



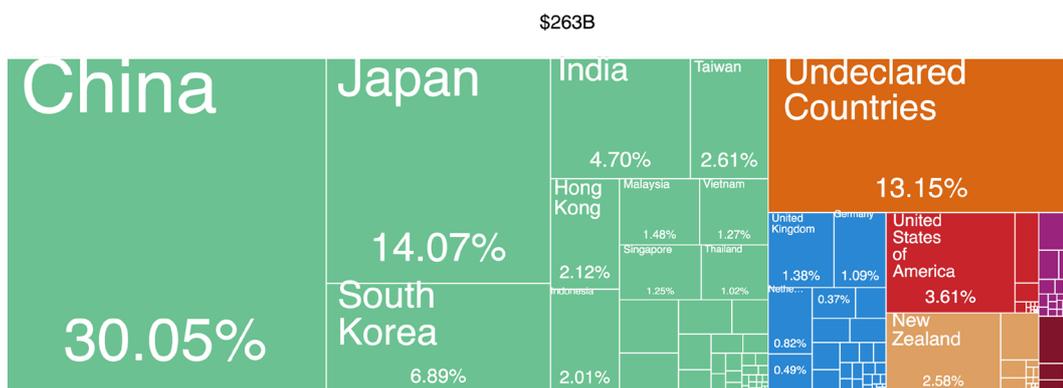


Figura 6 – Parceiros Comerciais da Austrália em 2017. Fonte: *Atlas of Economic Complexity – Harvard University*

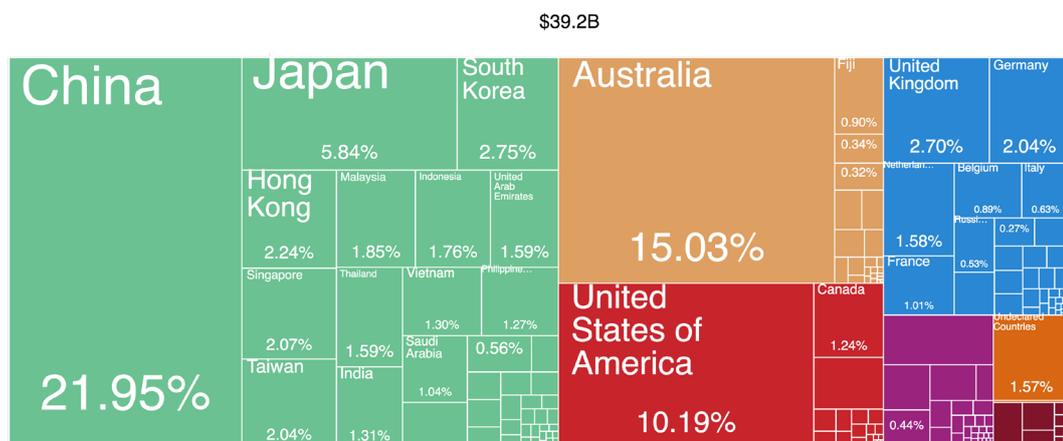


Figura 7 – Parceiros Comerciais da Nova Zelândia em 2017. Fonte: *Atlas of Economic Complexity – Harvard University*

contenção do vírus se comparados às outras nações ocidentais.

Finalmente, parece óbvio, no entanto não trivial, que a maneira de lidar com a crise se torna mais simples e eficaz a depender do nível de desenvolvimento de uma nação. Não é o único fator sobre a mesa, como Estados Unidos, Suécia e outros países europeus provaram, mas com certeza é algo determinante. Esse ponto de vista sugere, e reforça, que as tragédias previstas para a humanidade nos próximos anos atingirão mais profundamente os países periféricos do sistema global vigente.

3.5 O maior lockdown no planeta: Índia

Na Índia, um bilhão e trezentos milhões de pessoas foram forçadas a parar, exceto as que exercem atividade essencial, no dia 24 de março de 2020. Números extravagantes, porém esperados, para o segundo país mais populoso da face da Terra. Na data, o líder nacionalista Narendra Modi, primeiro-ministro indiano, profetizou: “Se não administrarmos esses 21 dias, o país vai retroceder 21 anos.” (Tradução nossa). O sistema de trens indiano, que transporta 23 milhões de passageiros por dia, fechou pela primeira vez desde os anos 70. Milhões de trabalhadores migrantes ficaram presos distantes de suas cidades e mais outros milhões de trabalhadores informais perderam sua forma de sustento repentinamente.

Após extensões e incertezas sobre a duração do isolamento social imposto, o país parece não sustentar mais a freada econômica e começa a retornar ao antigo “normal”. Entretanto, isso pode significar o completo fracasso dos indianos em controlar a disseminação do novo corona vírus. Isso porque, além dos hospitais já terem atingindo a capacidade máxima, a curva de contágio, atenuada com as medidas restritivas, parece continuar sua trajetória de ascensão. Em 28 de maio, 151.767 casos já tinham sido confirmados e 4.337 vidas foram perdidas.

Igualmente assustadoras são as consequências econômicas e sociais que o país já enfrenta e continuará a enfrentar no pós-pandemia. Por se tratar de um país pobre, PIB per capita em \$USD 2.010,00 em valores correntes, rural, cerca de 70% da sua população não mora em áreas urbanas, e informal, aproximadamente 52,2% das famílias têm sua principal fonte de renda do trabalho por conta própria e 25% do trabalho casual, a capacidade de atuação do Estado é extremamente limitada, como advertem Ray, Subramanian e Vandewalle⁸. Em artigo publicado pelo *Centre for Economic Policy Research*, os pesquisadores apontam os desafios do *lockdown* severo aplicados à realidade indiana. Eles destacam que a característica ocupacional indiana, aliada à característica das transações na economia (distante da realidade



⁸ RAY, D., SUBRAMANIAN, S., VANDEWALLE, L. *India's Lockdown*. Centre for Economic Policy Research, Londres, Policy Insight No. 102, p.1-7, 2020.

digital de outros países) e ao nível de poupança baixo das famílias são fatores chave que evidenciam as diferenças entre a Índia e o resto do mundo e escancaram a difícil realidade.

Ao capturar o momento por essa perspectiva, percebe-se que a tarefa de injetar liquidez na economia é árdua. Não há informação suficiente para que o Estado discrimine quem são as pessoas que precisam do dinheiro muito menos meios fáceis para fazer com que ele chegue aos destinatários. Entretanto, o governo fez um esforço da grandeza de 1% do PIB para diminuir os impactos socioeconômicos da crise. Não obstante, a economia indiana parece não seguir uma boa trajetória. O *Centre for Monitoring Indian Economy* (CMIE), companhia privada dedicada a analisar a economia indiana, aponta que em 17 de maio a taxa de desemprego alcançou 24% saindo de 8,4% em 22 de março (Figura 8). Este salto da taxa demonstra que cerca de 122 milhões de pessoas perderam o emprego. Ou seja, um conjunto de pessoas que perfazem tamanho da população mexicana inteira perdeu o emprego em apenas oito semanas.

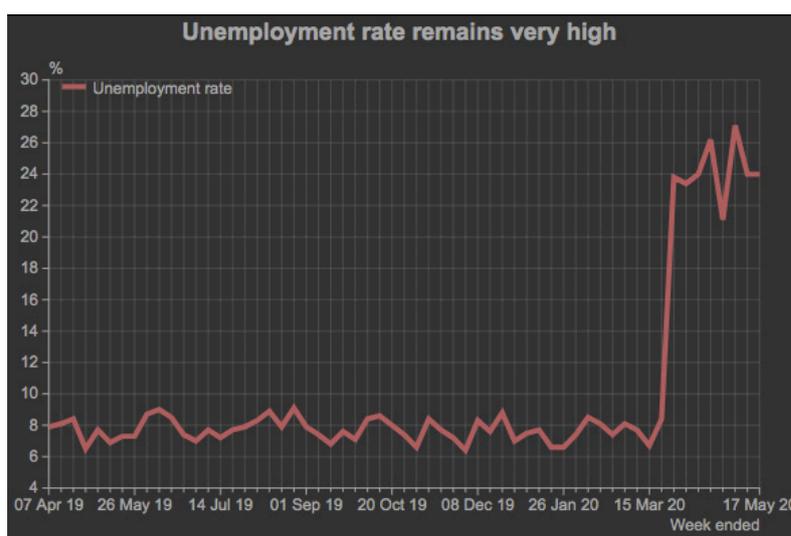


Figura 8 – Taxa de desemprego na Índia. Fonte: *Centre for Monitoring Indian Economy* (CMIE).



Apesar dos números do emprego indiano, o Fundo Monetário Internacional previu em sua publicação *World Economic Outlook – April 2020* que a economia do país, que vinha de um crescimento

real de 4,2%, crescerá 1,9% em 2020. Para chegar a esse número, o FMI pressupõe que a pandemia terá um fim na metade de 2020. O que cada vez se aproxima menos da realidade indiana que conjectura sérias dificuldades para conter a covid-19. Além disso, o fundo prevê uma retomada do crescimento para 7,4% em 2021 se comparado com o ano anterior.

A difícil realidade se impõe ao povo indiano. Não que ela seja fácil por lá em outros períodos, entretanto, os efeitos de ambas as decisões, imunidade de horda ou *lockdown* severo, são nefastos para a sociedade. De um lado tem-se a superlotação hospitalar e milhares de mortos, do outro pessoas presas não podendo voltar pra casa, pausa no fluxo de renda, má-nutrição, abuso doméstico e alcoolismo dentre outras consequências. Infelizmente a Índia parece ter seguido os dois caminhos ao adotar um *lockdown* que parece não ter cumprido a sua função inicial.

Ray, Subramanian e Vandewalle apontam uma saída no sentido de se pensar a possibilidade de volta ao trabalho de parte da população que não se encontra em grupos de risco. Enquanto isso, caberia às comunidades locais se organizarem a fim de proteger aqueles que são mais propensos a adquirir a forma mais grave da doença. Ou seja, adotar essa posição só é possível quando os termos da escolha moral versam apenas sobre em qual decisão se perderá menos vidas.

Resta saber como se recuperará a economia e esperar uma cura ou a vacina para a praga do século XXI. Nenhuma sociedade no mundo conseguirá superar a crise sem sequelas, entretanto, algumas serão particularmente mais afetadas do que as outras e este parece ser o destino indiano. O melhor regalo no momento seria o engano.

3.6 África: um golpe mais forte que o corona vírus

45

Muito além de demonstrar uma falha nos sistemas comuns de saúde, a crise da Covid-19 escancara as desigualdades sociais e pobreza. Em alguns países africanos, a principal preocupação dos cidadãos não é a pandemia do novo corona vírus, mas uma nova

pandemia de fome.

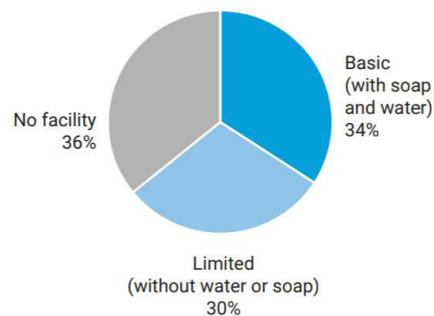
Segundo dados da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), quase 86% dos trabalhadores do continente atuam em setores informais da economia e não conseguem cumprir com as medidas de distanciamento social sem causar consequências severas para a saúde e a vida de suas famílias. A UNECA também estima que em um cenário pessimista (e certamente o mais provável) 11 milhões de pessoas percam suas vidas e mais 29 milhões sejam empurradas para a pobreza, indicando uma diminuição de queda das taxas de pobreza em até 4 %. Isso tudo em uma situação de altíssimo desemprego, queda das taxas básicas de juros, desvalorizações cambiais massivas e voláteis e endividamento externo. Foi nesse palco caótico que o atual presidente da República Sul-Africana, Cyril Ramaphosa, decretou um "lockdown" em abril para mais de 57 milhões de pessoas no país. Porém, a falta de estrutura do Estado e a dificuldade de implementação de programas sociais que atendessem as demandas de alimentação da população gerou revoltas entre as comunidades mais pobres e marginalizadas, que deliberadamente desrespeitaram o decreto alegando "terem mais medo de morrer de fome do que de coronavírus". No lado oposto do continente a realidade não se altera: as estimativas da ONU mostram que, somente na faixa do Sahel, 50 milhões de pessoas em situação de pobreza podem passar fome.

Embora a questão estrutural de pobreza e fome seja uma preocupação constante para os africanos, o maior problema ainda está por vir. Até o momento a África é o continente menos afetado pela pandemia de corona vírus. Esse motivo se deve a muitos aspectos, como por exemplo a rápida transmissão do vírus por turistas em voos internacionais. A precária infraestrutura de hospitais, equipamentos de saúde e de higiene pessoal e a rejeição dos trabalhadores às medidas de isolamento social, mostram que a doença pode rapidamente se espalhar e dizimar boa parte da população mais pobre.

Segundo dados da UNECA, cerca de 66% das famílias africanas não têm acesso à condições básicas (água e sabão) para a lavagem



Access to household handwashing facilities



Source: Index Mundi, 2020 (www.indexmundi.com)

Figura 9 - Acesso às Instalações Domésticas para a Lavagem das Mãos. Fonte: Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (2020).

correta das mãos. Quanto a leitos hospitalares, pelo menos 32 dos 54 países têm menos de 1 leito a cada mil habitantes (para comparação, o Brasil tem 1,95 para cada mil habitantes). Mesmo o continente sendo considerado o “menos atingido”, é preciso levar sempre em consideração o fato da falta de testes em massa na população gerar uma subnotificação de casos.

Seguidos da África do Sul (com 35.812 casos), os países mais afetados do continente são Egito (27.536) e Nigéria (10.819). Fica claro dizer inclusive que quanto maior a riqueza geral do país, melhor será sua forma de combate à doença (com contratação de profissionais médicos, equipamentos e auxílios emergenciais às famílias impossibilitadas de trabalhar). E isso é verdadeiro. No entanto, é preciso ir mais fundo na realidade econômica do país para entender como a desigualdade social pode ser definitiva ao decidir “quem morre do quê”. Embora seja o país mais rico da África (em termos de PIB) e tenha uma taxa de mortalidade relativamente baixa (2,9%), a Nigéria pode ser um novo epicentro africano da doença: a alta concentração populacional em favelas e barracos nas comunidades pobres indica essa possibilidade. Aliado a um cenário econômico fortemente baseado na exportação de petróleo, a queda dos preços internacionais da *commodity* podem

piorar o sistema econômico nigeriano, já enfraquecido desde 2015. Quanto ao Egito, que dentre os três apresenta a maior taxa de mortalidade (3,8%), a impossibilidade do turismo na região (principal fonte de renda do país) impactará seriamente a economia, que vinha crescendo a impressionantes taxas de 5% ao ano nos últimos 3 anos. Embora essas situações citadas sejam ruins, é quase impossível negar que o povo mais afetado pela pandemia será o sul-africano.

Por ser o país mais desigual do mundo (segundo o Banco Mundial), a realidade da África do Sul é quase como um retrato de Khayelitsha, bairro periférico da capital com mais de um milhão de habitantes, onde quase dois terços da população negra vive em barracos amontoados em morros e favelas sem serviços básicos de tratamento de água e esgoto. Em Alexandra, bairro onde viveu Nelson Mandela em Johannesburgo, a situação não é diferente. Filas quilométricas por pedaços de carne ou sopa e superlotação nos hospitais já são realidade.

Em 2019, 10% dos mais ricos na África do Sul (em sua maioria brancos descendentes de imigrantes ingleses e holandeses) concentravam 70% de toda a renda do país; e metade dos sul-africanos viviam com menos de 5 dólares por dia. Com a economia pautada no caráter de trabalho informal e agrícola, é difícil imaginar uma saída da pandemia de coronavírus sem esperar o pior: uma nova pandemia de fome, miséria e pobreza.

3.7 Implicações da crise sanitária no (sub)desenvolvimento da América Latina

3.7.1 Paralelo entre Argentina e Equador

A pandemia de covid-19 chegou nos países da região latino-americana em março de 2020, quando a letalidade do vírus já era conhecida profundamente por alguns países europeus. Um dos primeiros países da região a tomar providências foi a Argentina, no dia 20 de março o presidente peronista Alberto Fernández decretou isolamento social e fechamento de fronteiras. No momento do



comunicado, o país tinha 31 casos confirmados e 3 mortes. Em comparação, temos o caso do Equador, onde o presidente de esquerda Lenín Moreno, decretou estado de emergência em todo o país no dia 16 de março, instaurando toque de recolher, quando havia 56 casos e 2 mortes.

Entretanto, no final do mês de março o país equatoriano já era o que tinha mais casos e infecções per capita em toda a América Latina, com 2.165 casos e 79 mortes, caracterizando uma curva de contágio muito diferente se comparado com o vizinho argentino, com 787 casos e 27 mortes na mesma data, a partir disso o hiato de diferença só cresceu entre esses dois países.

Ao longo do mês de abril o mundo assistiu a um cenário de filme de terror no Equador: pessoas pedindo ao Estado para recolher o corpo de seus entes, cadáveres estirados nas ruas e caixões sendo comercializados na porta de hospitais na cidade de Guayaquil, a mais populosa do país. Muitas são as tentativas de explicar quais seriam os fatores que levaram a este cenário, o governo afirma que o motivo seria o fato de os equatorianos serem a principal comunidade de migrantes da Espanha. Sendo o país europeu um destino comum para os parentes equatorianos no início do ano, de onde muitos voltaram portando o vírus e não respeitaram o isolamento social de 14 dias.

Entretanto, em entrevista à BBC, Adriana Rodríguez, professora de direito na Universidade Andina e especialista em direitos humanos, afirma que o cenário é reflexo da alta desigualdade social da cidade de Guayaquil, pois quase um quinto dessa população vive em situação de pobreza e extrema pobreza e o que ocorre com os cadáveres agora demonstra o descaso do governo com a saúde pública, que vem sofrendo cortes.

A seguir é possível observar a curva de infecção dos dois países, enquanto este texto é escrito 12.628 pessoas foram infectadas e 471 morreram pelo covid-19 na Argentina. No Equador os dados são mais alarmantes: 37.355 pessoas foram infectadas e 3.203 faleceram.

No que tange às medidas que estão sendo tomadas para o enfrentamento ao vírus, na Argentina, Fernández tem sido elogiado



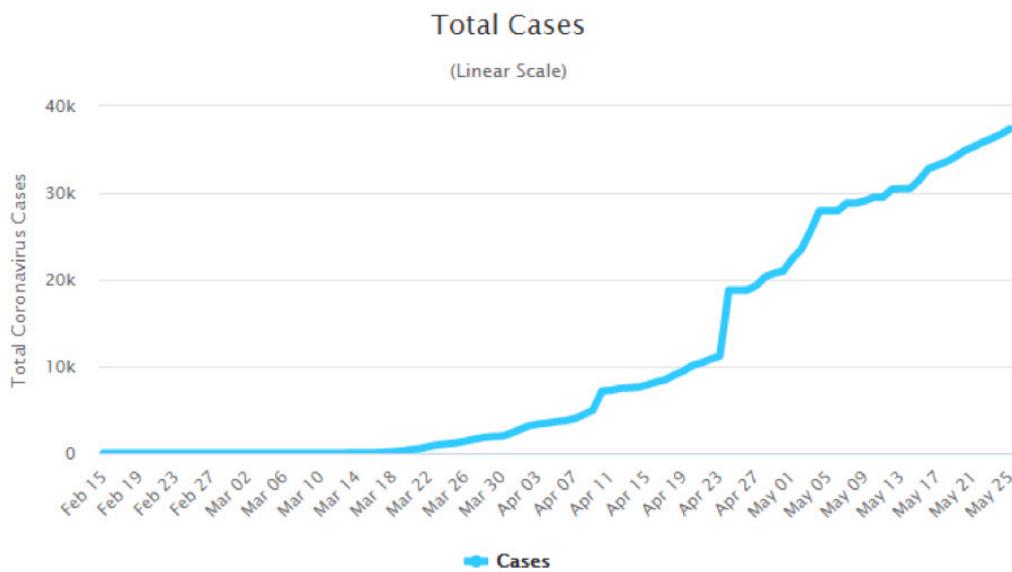


Figura 10 – Total de pessoas infectadas pela covid-19 no Equador. Fonte: *Worldometers* Equador

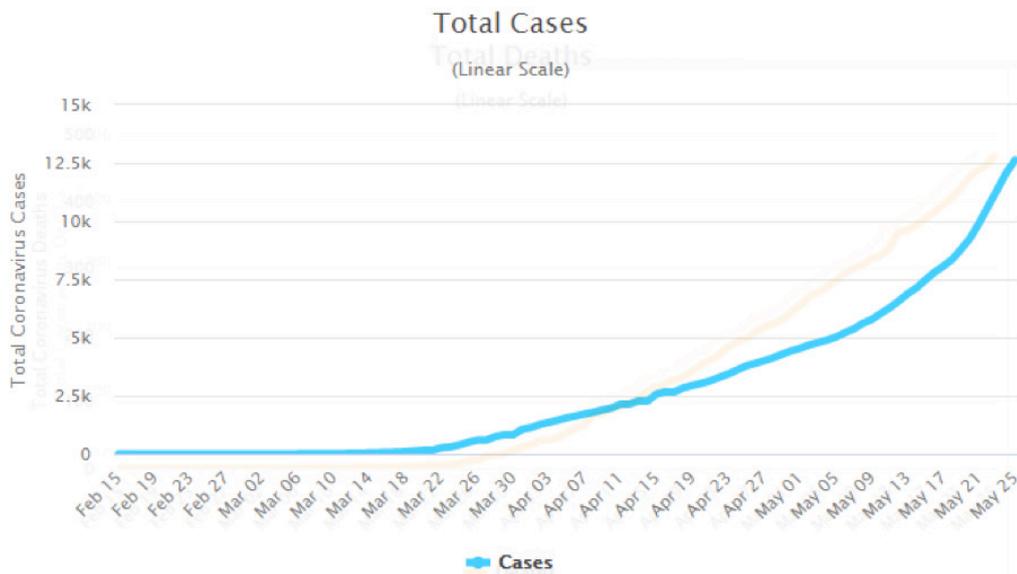


Figura 11 – Total de pessoas infectadas pela covid-19 na Argentina. Fonte: *Worldometers* Argentina

50 pelo seu posicionamento rígido perante o isolamento social, afirmando, em vários momentos, a posição de que a economia pode ser recuperada mas uma vida perdida, não. Com relação às propostas econômicas, se destacam a proibição de demissões sem justa causa durante 60 dias, suporte a pequenas e médias empresas, investimento maciço em saúde e ciência, suspensão temporária do corte de serviços essenciais por falta de pagamento, entre outros. O país já gastou 700 bilhões de pesos argentinos desde o início da pandemia, considerando sua dívida equivalente a 90% do seu produto interno bruto, é evidente que será necessária uma renegociação com o FMI.

Enquanto isso, no Equador, o governo neoliberal de Lenín

Moreno removeu o subsídio ao combustível e reduziu o orçamento para a educação. Além disso, o Congresso equatoriano aprovou uma lei que prevê a redução de até 50% das horas de trabalho e cortes de até 45% dos salários em plena pandemia, gerando descontentamento na população. Em resposta, houveram manifestações em Quito, onde os manifestantes respeitaram as recomendações de distanciamento social e a utilização de máscaras de proteção.

3.7.2 *Prognósticos para o futuro da América Latina*

Mas afinal, quais serão os efeitos da crise para as economias latino-americanas? Para efetuar prognósticos sobre os efeitos que a crise atual pode gerar é necessário voltar algumas casas na situação econômica. Os dados mais recentes refletem que a gravidade da crise atual será muito mais elevada do que a de 2008.

Em conformidade com dados do relatório “Dimensionar los efectos del COVID-19 para pensar en la reactivación” publicado no dia 21 de abril de 2020 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), no período de 2010 a 2019, a taxa de crescimento do PIB regional diminuiu de 6% para 0,2%, além disso, o período de 2014 a 2019 foi o de menor crescimento desde a década de 1950 (0,4%).

No que concerne ao emprego, o movimento foi cada vez mais em direção a precarização, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho. Atualmente a informalidade chega a 54% do total de emprego na região, isso representa cerca de 158 milhões de pessoas que estão, em sua maioria, no ramo de comércio e serviços (fortemente atingido pela atual crise sanitária) o que levará a um grande aumento do desemprego e da desigualdade de renda.

Em relação ao comércio, a região tem alto grau de dependência de seus recursos naturais e é fortemente alicerçada na exportação de bens primários e serviços manufaturados. Sendo assim, a previsão é de um impacto negativo para 2020, em função da queda da demanda mundial de *commodities*, em especial de China, EUA e União Européia, potências cujo desempenho tem um impacto muito direto no crescimento da América Latina.

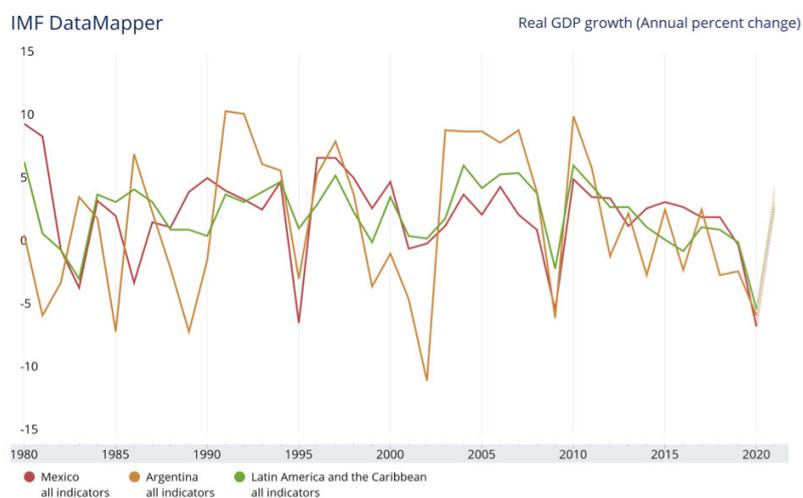
Región/Subregión/Pais	Primer Informe Especial COVID-19 ^a			Proyecciones actualizadas ^b		
	Volumen	Precio	Valor	Volumen	Precio	Valor
América Latina y el Caribe	-2,5	-8,2	-10,7	-6,0	-8,8	-14,8
Exportadores de petróleo	-1,8	-14,1	-15,9	-4,7	-14,6	-19,2
Exportadores de minerales	-3,0	-8,9	-12,0	-7,4	-9,3	-16,7
Exportadores de productos agroindustriales	-2,4	-2,5	-5,0	-6,2	-4,0	-10,2
América del Sur	-2,8	-11,0	-13,8	-6,0	-11,6	-17,6
Brasil	-3,7	-7,5	-11,2	-7,0	-8,1	-15,1
México	-2,2	-5,2	-7,4	-6,0	-5,7	-11,6
Centroamérica	-1,3	-2,7	-4,0	-4,9	-5,3	-10,3
Países del Caribe	-2,0	-7,2	-9,3	-6,2	-7,7	-13,9

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).

Figura 12 – América Latina e Caribe: Efeitos da covid-19 nas exportações de bens por sub-regiões e países selecionados de, prognóstico para 2020. Fonte: CEPAL.

Ainda de acordo com o relatório da CEPAL, uma nova estimativa indica que o valor das exportações da região sofreram queda em cerca de 15%, já os preços caíram em torno de 8,8%, enquanto o volume sofreu uma contração de 6%. Na figura abaixo é possível observar o impacto que a crise está gerando no comércio das subáreas da região como também separadamente por categoria de produto exportado.

A partir disso, como se comportará a variação do PIB na



©IMF, 2020. Source: World Economic Outlook (April 2020)

Figura 13 - Taxa de variação real do PIB para Argentina, México e América Latina e Caribe. Fonte: Fundo Monetário Internacional

região? O documento "*World Economic Outlook*" do Fundo Monetário Internacional prevê que Produto Interno Bruto da região será de -5.2 em 2020 e 3.4 em 2021, considerando o cenário mais otimista possível. A Argentina e o México serão os mais afetados, com uma contração de 5.7 e 6.6 respectivamente, lembrando que ambos já haviam obtido crescimento negativo no ano de 2019. A seguir, podemos observar a variação real do PIB para Argentina, México e América Latina e Caribe como um todo.

O fato destes dois países serem os mais atingidos ocorre, para a Argentina, em função da dívida refletir as incertezas sobre o processo de renegociação e seu impacto nas perspectivas macroeconômicas. Um dos movimentos que ocorreu não só nesse país mas também em outros da América Latina foi a fuga de capitais, gerando desvalorização dessas moedas em relação ao dólar, em que o peso argentino, por exemplo, chegou a ser negociado a \$136 por dólar.

No caso do México, assim como para Equador e Venezuela, a queda do preço do petróleo gera uma influência significativa, pois a exportação dessa *commodity* representa grande porcentagem do PIB dessas economias. Com base no relatório "A economia em tempos de COVID-19" publicado pelo Banco Mundial em abril de 2020, atualmente o preço do petróleo se encontra tão baixo que a extração não é rentável para os países da América Latina.

Ademais, é válido lembrar que poucos meses antes da pandemia a região latino-americana passou por uma onda de revoltas populares que clamou contra a desigualdade latente da região, a crise democrática passou por vários países como Chile, Bolívia, Venezuela, Equador, Argentina, entre outros. Em grande parte desses países as bases do sistema democrático foram abaladas.

Atualmente, para México e Colômbia, as ideologias de esquerda e direita parecem não fazer tanto sentido em meio a crise: enquanto o mexicano Andrés Manuel López Obrador resiste a aumentar os gastos públicos para corrigir os danos causados pela pandemia, na Colômbia, o dirigente Iván Duque, que preside um governo de centro-direita, não hesitou em aumentar os gastos do Governo em assistência social. Mas

é claro, a forma como os líderes estão respondendo a crise é muito influenciada no pensamento de reeleição para os próximos anos.

Há quem diga que o inimigo invisível veio para quebrar o sistema, porém os dados mostram que a crise sanitária apenas escancarou um (sub)desenvolvimento de dependência externa alicerçado em um mercado de trabalho precário, de alta instabilidade e pouca ou nenhuma proteção social com o qual as economias exportadoras da América Latina já se deparam há muito tempo. Logo, torna-se evidente a importância do fortalecimento de plantas industriais nacionais visando maior autonomia dos países em desenvolvimento perante os países centrais.

3.8 Referências

AGENCE FRANCE-PRESSE. **Economia do Reino Unido tem queda recorde de 20,4% em abril pela pandemia.** Paris, 2020. Disponível em: <https://www.afp.com/pt/noticia/3958/economia-do-reino-unido-tem-queda-recorde-de-204-em-abril-doc-1tb3361>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

ARGENTINA. Governo Federal. **?Qué medidas está tomando el gobierno?**. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/coronavirus/medidas-gobierno>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

AUSTRÁLIA, Departamento de Saúde. **Coronavirus (COVID-19) health alert.** Austrália: Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://www.health.gov.au/news/health-alerts/novel-coronavirus-2019-ncov-health-alert>. Acesso em: 20 mai. 2020.

AUSTRÁLIA, Governo Federal. **6202.0 – Labour Force, Australia, Apr, 2020.** Austrália: Australian Bureau of Statistics, 2020. Disponível em: <https://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/6202.0?opendocument&ref=HPKI>. Acesso em: 20 mai. 2020.

AUSTRÁLIA, Governo Federal. **Key coronavirus updates archived by day.** Austrália: Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://www.australia.gov.au/coronavirus-updates>. Acesso em: 20 mai. 2020.

AUSTRÁLIA, Governo Federal. **Population clock.** Australia: Australian Bureau of Statistics, 2020. Disponível em: <https://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Web+Pages/Population+Clock?opendocument&ref=HPKI>. Acesso em: 20 mai. 2020

BANCO MUNDIAL. **A economia em tempos de COVID-19.** Relatório semestral sobre a região da América Latina e Caribe, 2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/33555/211570PT.pdf?sequence=8&isAllowed=y>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

BARRIO, Javier Matín Del. **Como Portugal mantém o coronavírus mais controlado que países europeus mais ricos.** El País, Madri, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-12/como-portugal-mantem-o-coronavirus-mais-controlado-que-paises-europeus-mais-ricos.html>. Acesso em: 16 maio de 2020.



BASE DE DADOS PORTUGAL CONTEMPORÂNEO. **Camas em hospitais por 100 mil habitantes.** Lisboa, 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Europa/Camas+em+hospitais+por+100+mil+habitantes-1700>. Acesso em: 12 de junho de 2020.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O Dinheiro e o Mercado.** Blog Nocaute, 2020. Disponível em: <<https://nocaute.blog.br/2020/04/28/luiz-gonzaga-belluzzo-o-dinheiro-e-o-mercado/>>. Acesso em: 24 mai 2020.

BOSTOCK, B. **Jacinda Ardern says a 4-day workweek could help New Zealand's economy recover from the coronavirus downturn.** Nova Iorque: Business Insider, 2020. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/new-zealand-jacinda-ardern-four-day-workweek-help-economy-tourism-2020-5> . Acesso em: 20 mai. 2020.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. **Coronavírus: 4 fatores que explicam o impacto da covid-19 nos EUA, país com maior número de infectados e mortos.** 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52280762>>. Acesso em: 1 mai 2020.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. **Coronavírus: como os EUA, com mais de 245 mil casos, se tornaram epicentro de epidemia.** 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52153503>>. Acesso em: 1 mai 2020.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. **Coronavírus: por que o Equador tem o maior número de infecções por covid-19 e mortes per capita na América Latina?** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52053822>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. **Mortos em casa e cadáveres nas ruas: o colapso funerário causado pelo coronavírus no Equador.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52129845>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

CENTER FOR DISASTER MANAGEMENT AND RISK REDUCTION TECHNOLOGY. **Daily updated information about the spread of COVID-19 at district level in the new CEDIM.** Alemanha: CEDIM, 2020. Disponível em: <http://www.risklayer-explorer.com/>. Acesso em: 28 mai. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE(CEPAL). **Dimensionar los efectos del COVID-19 para pensar en la reactivación.** América Latina e Caribe: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45445/4/S2000286_es.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE(CEPAL). **Pandemia de COVID-19 levará à maior contração da atividade econômica na história da região: cairá -5,3% em 2020.** América Latina e Caribe: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-covid-19-levara-maior-contracao-atividade-economica-historia-regiao-caira-53>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

COMISSÃO EUROPEIA. **A Hora da Europa: Reparar os Danos e Preparar o Futuro para a Próxima Geração.** Comunicado de imprensa. Bruxelas, 27 de maio de 2020.

55

COVID-19 RESPONSE TEAM, Imperial College. **Report 9: Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID19 mortality and healthcare demand.** COVID-19 reports, Londres, v. 9. Disponível em: <https://www.imperial.ac.uk/mrc-global-infectious-disease-analysis/covid-19/report-9-impact-of-npis-on-covid-19/>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

DEUTSCHE WELLE. **Covid-19 Faz Quase 4 mil Mortos em África.** Disponível em: <<https://www>.

dw.com/pt-002/covid-19-faz-quase-4-mil-mortos- em-%C3%A1frica/a-53633466>. Acesso em 1 jun 2020.

DEUTSCHE WELLE. **Recolher obrigatório em África: Morrer do vírus ou morrer à fome?**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/recolher-obrigat%C3%B3rio- em-%C3%A1frica-morrer-do-v%C3%ADrus-ou-morrer-%C3%Ao-fome/a-53215282>>. Acesso em 1 jun 2020.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Medidas adotadas por vários países para conter os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec224MedidasPaíses.html>>. Acesso em: 22 abr 2020.

DIPLOMATIQUE, LE MONDE. **A distopia liberal, as economias de guerra e o pós crise já em disputa**. 2020. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-distopia-liberal-as-economias-de-guerra-e-o-pos-crise-ja-em-disputa/>>. Acesso em: 28 abr 2020.

DIPLOMATIQUE, LE MONDE. **A economia mundo pós pandemia**. 2020. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-economia-mundo-pos-pandemia/>>. Acesso em: 28 abr 2020.

DIPLOMATIQUE, LE MONDE. **Danem-se os liberais, é hora de imprimir moeda**. 2020. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/danem-se-os-liberais-monetaristas-e-hora-de-imprimir-moeda/>>. Acesso em: 28 abr 2020.

DW BRASIL. **“Contato social deve ser evitado sempre que possível”, diz Merkel sobre coronavírus**. Berlim, 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3ZMdv>. Acesso em: 16 maio de 2020.

DW BRASIL. **Alemanha anuncia afrouxamento de controles de fronteira impostos devido a pandemia**. Berlim, 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3cgyv>. Acesso em: 14 junho de 2020.

DW BRASIL. **Alemanha reforça restrições para conter pandemia de coronavírus**. Berlim, 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3ZXvl>. Acesso em: 16 maio de 2020.

DW BRASIL. **Comissão Europeia propõe fundo de 750 bilhões de euros para recuperar economia da EU**. Berlim, 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3cr7b>. Acesso em: 13 junho de 2020.

DW BRASIL. **Como a Alemanha está enfrentando o impacto econômico da pandemia**. Berlim, 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3Zvzp>. Acesso em: 16 maio de 2020.

DW BRASIL. **Merkel e Macron propõem fundo de 500 bilhões de euros**. Berlim, 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3cQjd>. Acesso em: 14 de junho de 2020.

ECO. **Atividade turística na Europa cai 50% este ano. Portugal é dos mais afetados**. Lisboa, 2020. Disponível em: <https://eco.sapo.pt/2020/05/06/atividade-turistica-na-europa-cai-50-este-ano-portugal-e-dos-mais-afetados/>. Acesso em: 27 maio de 2020.

EL PAÍS. **América Latina tenta deixar ideologias de lado para priorizar os planos econômicos**. México: El País, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-04-19/america-latina-tenta-dejar-ideologias-de-lado-para-priorizar-os-planos-economicos.html>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

EL PAÍS. **Desemprego nos EUA chega a 14,7%, o mais alto em 70 anos**. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-05-08/desemprego-nos-eua-chega-a-14-7-o-mais-alto>>

em-70-anos.html>. Acesso em: 15 mai 2020.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Veja medidas políticas e econômicas de países em resposta à pandemia.** Agência Brasil, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/veja-medidas-politicas-e-economicas-de-paises-em-resposta-pandemia>>. Acesso em: 1 mai 2020

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Senado dos EUA aprova pacote de resgate estimado em US\$2 trilhões.** 2020. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2020/03/epoca-negocios-senado-dos-eua-aprova-pacote-de-resgate-estimado-em-us-2-trilhoes.html>>. Acesso em: 1 mai 2020.

ESPAÑA. Governo Federal. **Encuesta de Población Activa - Trimestre 1/2020.** Madri: Instituto Nacional de Estadística, 2020. Disponível em: https://www.ine.es/dyngs/INEbase/es/operacion.htm?c=Estadistica_C&cid=1254736176918&menu=ultiDatos&idp=1254735976595. Acesso em: 18 de junho de 2020.

ESTADÃO. **5 lições econômicas da pandemia, segundo Joseph Stiglitz.** E-investidor, 2020. Disponível em: <<https://einvestidor.estadao.com.br/comportamento/joseph-stiglitz-coronavirus/>>. Acesso em: 28 mai 2020.

ESTADO DE MINAS. **França e Alemanha propõem plano de reativação de EUR500 bi para a EU.** Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/05/18/interna_internacional,1148456/franca-e-alemanha-propoem-plano-de-reativacao-de-eur500-bi-para-a-ue.shtml. Acesso em: 14 de junho de 2020.

ESTADODEMINAS. **Médicos escreveram anúncio de morte de Boris Johnson por COVID-19.** Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/05/02/interna_internacional,1143918/medicos-escreveram-anuncio-de-morte-de-boris-johnson-por-covid-19.shtml. Acesso em: 10 de junho de 2020.

EXAME. **Conheça as medidas previstas no plano de reativação econômica dos EUA.** 2020. Disponível em: <<https://exame.com/economia/conheca-as-medidas-previstas-no-plano-de-reativacao-economica-dos-eua/>>. Acesso em: 1 mai 2020.

EXAME. **Reino Unido anuncia pacote de 330 bilhões de libras em empréstimos.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/reino-unido-anuncia-pacote-de-330-bilhoes-de-libras-em-emprestimos/>. Acesso em: 14 de junho de 2020.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Em lockdown total há duas semanas, Espanha registra menor número de mortes.** Recife, 2020. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/coronavirus/em-lockdown-total-ha-duas-semanas-espanha-registra-menor-numero-de-mor/136850/>. Acesso em: 4 junho de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Emitindo moeda, o Estado cria poder de compra que antes não existia.** 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/emitindo-moeda-o-estado-cria-poder-d>>. Acesso em: 14 mai 2020.

GHOSH, A., TIWARI, R. **Last 10 days, positivity curve begins to steepen.** Índia: The Indian Express, 2020. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/india/last-10-days-positivity-curve-begins-to-steepen-6425753/>. Acesso em: 27 mai. 2020.

GHOSH, PALLAB. **O que é a 'imunidade de grupo', a polêmica estratégia do Reino Unido**



para combater o coronavírus. Uol, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/03/16/o-que-e-a-imunidade-de-grupo-a-polemica-estrategia-do-reino-unido-para-combater-coronavirus.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2020 .

GLOBO, G1. **PIB dos EUA cai 4,8% no 1º trimestre, afetado pela pandemia do coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/29/pib-dos-eua-cai-48percent-no-1o-trimestre.ghtml>. Acesso em: 24 mai 2020.

GLOBO, O Globo. **Americanos começam a receber depósitos com auxílio emergencial de US\$ 1200.** 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/americanos-comecam-receber-depositos-com-auxilio-emergencial-de-us-1200-24366394>. Acesso em: 1 mai 2020.

GOMES, H. Covid-19. **Alemanha, França, Itália e Países Baixos assinam acordo para garantir fornecimento de 300 milhões de doses de vacina à EU.** Expresso, 2020. Disponível em: <https://expresso.pt/coronavirus/2020-06-15-Covid-19.-Alemanha-Franca-Italia-e-Paises-Baixos-assinam-acordo-para-garantir-fornecimento-de-300-milhoes-de-doses-de-vacina-a-UE>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

HARVARD UNIVERSITY. **Atlas of Economic Complexity: Where did Australia export to in 2017?**. Estados Unidos: Harvard University, 2020. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/> Acesso em: 21 mai. 2020.

HARVARD UNIVERSITY. **Atlas of Economic Complexity: Where did New Zealand export to in 2017?**. Estados Unidos: Harvard University, 2020. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/> Acesso em: 21 mai. 2020.

ÍNDIA, Governo Federal. **Annual Report, PLFS, 2017-18.** Índia: Ministry of Statistics and Programme Implementation, 2019. Disponível em: http://mospi.nic.in/sites/default/files/publication_reports/Annual%20Report%2C%20PLFS%202017-18_31052019.pdf. Acesso em: 27 mai. 2020.

INSEE. **In Q1 2020, household gross disposable income held steady and their savings jumped despite the 5.3% drop in GDP.** Informations Rapides nº 134, 29 de maio de 2020. Disponível em: [https://www.insee.fr/en/statistiques/4501850#:~:text=%C2%B0%202020%2D134-,In%20Q1%202020%2C%20household%20gross%20disposable%20income%20held%20steady%20and,the%205.3%25%20drop%20in%20GDP.&text=Household%20consumption%20expenditure%20recorded%20an,10.5%25%20after%20%2Bo.1%25\)](https://www.insee.fr/en/statistiques/4501850#:~:text=%C2%B0%202020%2D134-,In%20Q1%202020%2C%20household%20gross%20disposable%20income%20held%20steady%20and,the%205.3%25%20drop%20in%20GDP.&text=Household%20consumption%20expenditure%20recorded%20an,10.5%25%20after%20%2Bo.1%25)). Acesso em: 15 de junho de 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Real GDP growth. 2020.** Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/USA?zoom=USA&highlight=USA. Acesso em: 25 abr 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook, April 2020: The Great Lockdown.** Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo> . Acesso em: 04 mai. 2020.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **CARTA DE CONJUNTURA NÚMERO 47.** 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200430_cc47_economia_mundial.pdf. Acesso em: 1 mai 2020

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering** .2020. Disponível em: <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso em: 1 mai 2020.



KRUGMAN, Paul. **Como criar uma depressão pandêmica**. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paulkrugman/2020/05/como-criar-uma-depressao-pandemica.shtml>>. Acesso em: 17 mai 2020.

KRUGMAN, Paul. **Três regras para a pandemia Trump**. Exame, 2020. Disponível em: <<https://exame.com/blog/paul-krugman/tres-regras-para-a-pandemia-trump/>>. Acesso em: 15 mai 2020.

MALEY, J. **Dreaming of the ditch: trans-Tasman travel may be coming soon, bro**. Australia: The Sydney Morning Herald, 2020. Disponível em: <https://www.smh.com.au/politics/federal/dreaming-of-the-ditch-trans-tasman-travel-may-be-coming-soon-bro-20200508-p54r16.html> . Acesso em: 20 mai. 2020.

MASIH, N., SLATER, J. **India's 1.3 billion people go into lockdown for three weeks**. Estados Unidos: The Washington Post, 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/india-coronavirus-lockdown/2020/03/24/37f201c6-6d55-11ea-a156-0048b62cdb51_story.html. Acesso em: 27 mai. 2020.

MASIH, N., SLATER, J. **The largest lockdown in the world is ending. India is bracing for what comes next**. Estados Unidos: The Washington Post, 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/india-coronavirus-lockdown-lifting/2020/05/26/8bffb42-9951-11ea-ad79-eef7cd734641_story.html. Acesso em: 27 mai. 2020

MOUTINHO, L. **Banco da Inglaterra vê sinais de recuperação da economia do Reino Unido**. Suno Research. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/noticias/banco-da-inglaterra-recuperacao-economia-do-reino-unido-boe/>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

NOTÍCIAS AO MINUTO. Gentiloni, Paolo. **Recessão atinge Portugal após "recuperação econômica impressionante"**. Lisboa, 2020. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/economia/1473131/recessao-atinge-portugal-apos-recuperacao-economica-impressionante>. Acesso em: 27 maio de 2020.

NOVA ZELÂNDIA, Governo Federal. **Latest updates: The latest updates on COVID-19 from the New Zealand Government**. Nova Zelândia: Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://covid19.govt.nz/latest-updates?start=110>. Acesso em: 20 mai. 2020.

NOVA ZELÂNDIA, Ministério da Saúde. **COVID-19 – current cases**. Nova Zelândia: Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://www.health.govt.nz/our-work/diseases-and-conditions/covid-19-novel-coronavirus/covid-19-current-situation/covid-19-current-cases>. Acesso em: 20 mai. 2020.

NOVA ZELÂNDIA. Governo Federal. **Estimated population of NZ**. Nova Zelândia: Stats, 2020. Disponível em: <https://www.stats.govt.nz/indicators/population-of-nz> . Acesso em: 20 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS(ONU). **OIT: metade dos trabalhadores latino-americanos tem meios de subsistência ameaçados**. Brasil: Organização das Nações Unidas, 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-metade-dos-trabalhadores-latino-americanos-tem-meios-de-subsistencia-ameacados/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **WHO announces COVID-19 outbreak a pandemic**. Europa: Organização Mundial da Saúde, 2020. Disponível em: <http://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/news/news/2020/3/who-announces-covid-19-outbreak-a-pandemic>. Acesso em: 20 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO(OIT). **ILO Monitor: COVID-19 and the world of work**.



Second edition. Europa: Organização Mundial do Trabalho, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_740877.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2020.

PIKETTY, Thomas. **O coronavírus resultará em sociedades mais justas?**. The Guardian, 2020. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/thomas-piketty-o-coronavirus-resultara-em-sociedades-mais-justas>. Acesso em: 1 jun 2020.

PRESSASSOCIATION. **UK economy could sink 35% and unemployment hit 3.4 million, OBR says.** Londres, 2020. Disponível em: <https://www.eveningexpress.co.uk/news/business/uk-economy-could-sink-35-and-unemployment-hit-3-4-million-obr-says/#:~:text=UK%20economy%20could%20sink%2035%25%20and,hit%203.4%20million%2C%20OBR%20says&text=The%20UK%20economy%20could%20fall,according%20to%20Britain's%20fiscal%20watchdog>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL. **"Precisaremos saber conviver com o vírus": premiê anuncia medidas para fim do confinamento na França.** França, 2020. Disponível em: <http://www.rfi.fr/br/fran%C3%A7a/20200428-precisaremos-saber-conviver-com-o-v%C3%ADrus-premi%C3%AA-apresenta-etapas-do-fim-do-confinamento-na-fran%C3%A7a>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL. **Com queda de 5,8% do PIB no primeiro trimestre, França registra pior recessão desde 1949.** França, 2020. Disponível em: <http://www.rfi.fr/br/economia/20200430-com-queda-de-5-8-do-pib-no-primeiro-trimestre-fran%C3%A7a-registra-pior-recess%C3%A3o-desde-1949>. Acesso em: 26 maio de 2020.

RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL. **Desemprego na Espanha sobe para 14,4% devido à pandemia do coronavírus.** França, 2020. Disponível em: <http://www.rfi.fr/br/europa/20200428-desemprego-na-espanha-sobre-para-14-4-devido-%C3%A0-pandemia>. Acesso em: 4 junho de 2020.

RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL. **França entra em recessão com queda de 6% do PIB, mas UE fracassa em acordo de resgate para o bloco.** França, 2020. Disponível em: <http://www.rfi.fr/br/economia/20200408-fran%C3%A7a-entra-em-recess%C3%A3o-com-queda-de-6-do-pib-mas-ue-fracassa-em-acordo-de-resgate-para-o-bloco>. Acesso em: 25 maio de 2020.

RAY, D., SUBRAMANIAN, S., VANDEWALLE, L. **India's Lockdown.** Centre for Economic Policy Research, Londres, Policy Insight No. 102, p.1-7, 2020. Disponível em: https://cepr.org/active/publications/policy_insights/viewpi.php?pino=102. Acesso em: 27 mai. 2020.

REINO UNIDO, Governo Federal. **Unemployment.** Londres: Office for National Statistics, 2020. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/employmentandlabourmarket/peoplenotinwork/unemployment>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

REINO UNIDO, Governo Federal. **GDP monthly estimate.** UK: April 2020. Londres: Office for National Statistics, 2020. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/economy/grossdomesticproductgdp/bulletins/gdpmonthlyestimateuk/april2020>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

THE GUARDIAN. **Germany unveils €130bn coronavirus recovery package.** Londres, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/jun/04/germany-unveils-huge-130bn-coronavirus-recovery-package>. Acesso em 10 de junho de 2020.

THE WORLD BANK. **GDP per capita (current US\$) – India.** Disponível em: <https://data.worldbank.org>.



org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=IN. Acesso em: 27 mai. 2020.

THOMAS, L. **Sul - o lockdown COVID-19 africano não pode evitar manifestações**. Disponível em: <<https://www.news-medical.net/news/2020-0430/1150/Portuguese.aspx>>. Acesso em 1 jun 2020.

TRADING ECONOMICS. **África do Sul - Indicadores Econômicos**. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/egypt/indicators>>. Acesso em 1 jun 2020.

TRADING ECONOMICS. **Egito - Indicadores Econômicos**. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/egypt/indicators>>. Acesso em 1 jun 2020.

TRADING ECONOMICS. **ESTADOS UNIDOS - Casos de coronavírus. 2020**. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/united-states/coronavirus-cases>>. Acesso em: 24 mai 2020.

TRADING ECONOMICS. **ESTADOS UNIDOS - INDICADORES ECONÔMICOS. 2020**. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/united-states/i/indicators>>. Acesso em: 24 mai 2020.

TRADING ECONOMICS. **ESTADOS UNIDOS - Mortes por coronavírus. 2020**. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/united-states/coronavirus-deaths>>. Acesso em: 24 mai 2020.

TRADING ECONOMICS. **Estados Unidos - Taxa De Crescimento do PIB. 2020**. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/united-states/gdp-growth>>. Acesso em: 1 mai 2020.

TRADING ECONOMICS. **ESTADOS UNIDOS - Taxa de Desemprego. 2020**. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/united-states/unemployment-rate>>. Acesso em: 24 mai 2020.

TRADING ECONOMICS. **Nigéria - Indicadores Econômicos**. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/egypt/indicators>>. Acesso em 1 jun 2020.

TREASURY U.S. Treasury, **IRS Deliver Economic Impact Payments to 130 Million Americans in Record Time. 2020**. Disponível em: <<https://home.treasury.gov/index.php/news/press-releases/sm1006>>. Acesso em: 3 mai 2020.

U.S. BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. **Gross Domestic Product, 1st Quarter 2020. 2020**. Disponível em: <<https://www.bea.gov/news/2020/gross-domestic-product-1st-quarter-2020-advance-estimate>>. Acesso em: 1 mai 2020.

UNECA. **COVID-19 in Africa: Protecting Lives and Economies**. United Nations

UNECA. **Policy Brief: impact of COVID-19 in Africa**. United Nations, 2020.

UOL. **Alemães criticam Merkel por 'giro de 180 graus' na Europa**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/05/19/alemaes-criticam-merkel-por-giro-de-180-graus-na-europa.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2020.

UOL. Fonseca-Sourander, Letícia. **Europa reabre suas fronteiras e tenta salvar temporada turística**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/06/15/europa-reabre-suas-fronteiras-e-tenta-salvar-temporada-turistica.htm>. Acesso em: 14 junho de 2020.

UOL. **Tribunal constitucional alemão responde às críticas de seu julgamento sobre o bce**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/05/13/tribunal->



constitucional-alemao-responde-as-criticas-de-seu-julgamento-sobre-o-bce.htm. Acesso em: 14 de junho de 2020.

VYAS, M. **Hard times ahead.** Índia: Centre for Monitoring Indian Economy Pvt. Ltd., 2020. Disponível em: <https://www.cmie.com/kommon/bin/sr.php?kall=warticle&dt=2020-05-19%2008:41:03&msec=086>. Acesso em: 27 mai. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Health Emergency Dashboard.** Disponível em: <https://covid19.who.int/region/searo/country/in>. Acesso em: 27 mai. 2020.

WORLDMETERS. **Coronavírus Updates. World population, 2020.** Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

WRAY, Randall. **CEE-Fiocruz entrevista o economista Randall Wray: governos devem emitir moeda e aumentar seus gastos.** CEE-Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=cee-fiocruz-entrevista-o-economista-Randall-Wray>. Acesso em: 12 mai 2020.

4. Brasil: desmandos econômicos e sanitários.

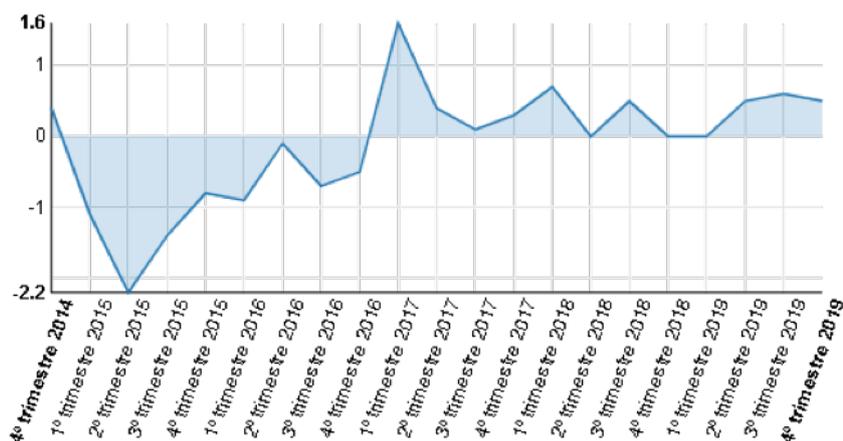
4.1 Situação pré-pandemia

Desde o início da pandemia e principalmente do isolamento social, uma das principais pautas governamentais ao redor do mundo, bem como no Brasil, passou a ser como solucionar, ou ao menos frear, a crise econômica causada pela COVID-19. Anteriormente, porém, não era possível afirmar que a economia mundial havia se recuperado por completo depois da crise financeira de 2008, muito menos que o Brasil teria superado incertezas nos campos econômico e político instauradas a partir das Jornadas de Junho, em 2013. Para que seja possível entender o atual cenário brasileiro e propor soluções para os problemas existentes, faz-se necessário uma análise do quadro em que o país se encontrava antes da disseminação desse vírus no mundo.

No seminário online “Economia, trabalho e proteção social em tempos de crise” (2020), organizado pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), o economista Ricardo Carneiro, professor do Instituto de Economia da Unicamp, inicia sua fala tratando do contexto econômico prévio à pandemia. Segundo ele, no âmbito internacional já havia uma desaceleração desde a crise de 2008 junto ao processo de financeirização da economia. Diferente do que afirma o ministro Paulo Guedes (REUTERS, 2020), o coronavírus não atrapalhou uma economia brasileira que estava “decolando”, conforme evidencia o gráfico do comportamento trimestral do PIB, apresentado na figura 14.

A economia brasileira não apresenta crescimento econômico trimestral maior que 1% em 2019, e o período de outubro a dezembro teve crescimento inferior ao trimestre anterior. A economia brasileira saiu da recessão de 2015-2016 e entrou numa estagnação, apresentando vários indicadores ruins. O consumo e a atividade em construção civil deram algum sinal de vida, mas em compensação os demais setores não tiveram grandes avanços, com destaque para a





Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais
 Figura 14 - Contas Nacionais Trimestrais. Fonte: IBGE.

indústria e o investimento em capacidade produtiva.

Como se pode ver, a atividade industrial vinha oscilando e de modo algum apresentava sinais de que se encaminha para uma forte recuperação. Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a pandemia encontrou o setor operando aquém de sua capacidade produtiva, com utilização da capacidade instalada variando entre 77 e 78% desde junho de 2018, e caindo para 76% em março deste ano iniciando uma tendência brusca de queda a ser



Figura 15 - Produção Física Industrial. Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.



observada nos próximos meses.

A situação do mercado de trabalho já era ruim pelo menos desde 2016, e vinha seguindo a tendência mundial da informalização e precarização, afetando sobremaneira a parcela da população em situação mais vulnerável. Segundo Saboia et al (2020, p.3), o perfil médio de um desalentado — alguém que abandonou a busca por emprego por não acreditar que irá encontrá-lo — no Brasil, em 2019, “era de uma pessoa responsável pelo domicílio, mulher, preta/parda, jovem, com ensino fundamental incompleto e vivendo na região Nordeste.”

Krein e Borsari (2020, p.1) apresentam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) apontando que “o ano de 2019 terminou com 16,2 milhões de desempregados (aberto e desalento) e 6,7 milhões de subocupados por insuficiência de horas, além do forte peso do trabalho informal, 38,4 milhões de trabalhadores (subocupados inclusos neste contingente), quadro relativamente estável desde 2016”. É importante ressaltar também que, segundo um estudo do economista Marcelo Neri (2019), a desigualdade de renda vem crescendo por 17 trimestres seguidos desde o último trimestre de 2014. O estudo ainda enfatiza que o ritmo de aumento da desigualdade de renda durante o período, é similar ao ritmo da queda observada no período de 2001 até 2014, ou seja, se esse processo continuar por um período maior todo avanço nessa área poderá ser revertido.

Portanto, os dados apontam uma situação ruim há muito tempo e que não melhorou como foi prometido no momento da implantação das reformas trabalhista e previdenciária, que objetivavam o ajuste fiscal. Considerando o cenário prévio, a chegada do coronavírus no Brasil apenas aprofunda as dificuldades que o país já enfrentava, portanto acreditar que o vírus seja o único responsável pelos problemas econômicos e sociais que se apresentam desde já, bem como àqueles que ainda virão, é negar o quadro anterior da economia brasileira indicado pelo dados disponíveis.

Agora, no tocante à situação cambial. O Brasil apresentou



um déficit em transações correntes na ordem de US\$50,762 bi, o pior resultado nos últimos quatro anos, registrando alta de 22,2% sobre o resultado de 2018. Esse fenômeno se explica, em grande parte, pelo declínio do superávit comercial do país. Segundo o Banco Central (BACEN), as transações correntes foram justificadas pela desaceleração da economia argentina, pelo declínio da demanda por soja brasileira, e também pela dinâmica no entorno das incertezas do comércio mundial, provenientes da guerra comercial entre EUA e China.

Segundo o BC, a balança comercial apresentou superávit de US\$ 39,4 bi (recoo de 25,7% em relação à 2018), com queda de 6,3% nas exportações e retração de 0,8% nas importações. As remessas de lucros e dividendos foram na ordem de US\$ 31,1 bi (diminuição de 14,8% em relação à 2018). Por fim, a balança de serviços apresentou um déficit de US\$ 35,1 bi, cujo recoo (1,7%) se explica em grande parte, tanto pela redução dos gastos líquidos de brasileiros no exterior (recoo de 5,4%, ao resultado de US\$ 11,7 bi), quanto pela redução de despesas líquidas provenientes do aluguel de equipamentos (diminuição de 8,2%, ao nível de US\$14,5 bi).

O déficit na balança de pagamentos foi coberto pelo investimento direto no país (IDP), cujo resultado foi de US\$ 78,6 bi. Afinal, quando o país apresenta um resultado negativo em sua balança de pagamentos (ou saldo em transações correntes), ele tem de se financiar em moeda

Brasil: Balança de Pagamentos (em US\$) e variação % anual do PIB

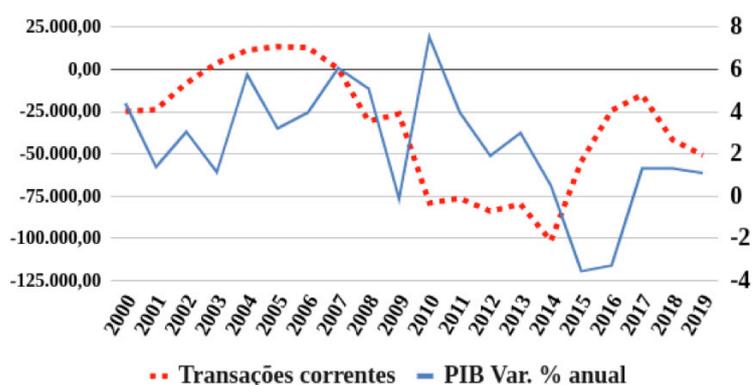


Figura 16 - Balança de Pagamentos. Fonte: BCB/ Elaboração O Cafézinho



estrangeira (IDP). Dito isso, podemos prosseguir no trato da questão da oscilação cambiária.

Diante do exposto, observamos que a balança de pagamentos possui um problema estrutural, subsumido na forma de déficits sistemáticos, excetuando-se o período de *boom* dos preços das *commodities*. Portanto, não se trata de mera casualidade o déficit em transações correntes, bem como a subsequente depreciação cambial. Examinemos-a.

Por conta do déficit em transações correntes, o país tem que financiar-se em moeda estrangeira, ou seja, em investimento direto externo, tal como já versamos. Como a taxa de câmbio expressa relações de oferta e demanda por moeda, depreende-se que a partir do déficit na balança de pagamentos, incrementa-se a demanda por moeda estrangeira, já que o país tem de se financiar por meio de recursos externos. E mediante esse aumento, eleva-se o preço do dólar com base em reais, ou seja, a taxa de câmbio (R\$/US\$), que em julho/19, era de 3,72 R\$/US\$, e em janeiro/20, de 4,28 R\$/US\$.

Com a queda dos preços de exportação a partir de 2012/13, a balança de pagamentos passa a apresentar déficits ainda mais profundos, isso em virtude da diminuição dos saldos positivos da balança comercial. Esse resultado deflagra um problema sistêmico das economias dependentes, que é o da depreciação dos termos de intercâmbio, isso é, a quantidade de produtos finais da indústria que podem ser obtidos com determinada quantidade de produtos primários. Dada a vocação agro-exportadora da economia brasileira, o saldo da balança comercial é fortemente restringido por conta da deterioração desses termos.

Outro fator determinante da depreciação cambial é o patamar da taxa de juros. Após permanecer estável em 6,5% dentre abril de 2018 e julho de 2019, a Taxa Selic experimentou um processo de quedas graduais, chegando ao final de 2019 ao percentual de 4,5%. A taxa de juros constitui um importante indicador de rentabilidade dos ativos, isto é, dos títulos a ela indexados. Desse modo, o declínio da taxa de juros propicia a saída de capital especulativo, atuante no



sentido de busca de taxas mais atrativas de retorno financeiro. Em agosto de 2019 registrou a maior saída de capital especulativo desde janeiro de 1996 (ano que marca o início da série histórica de dados), avaliada em R\$ 10 bi. Tomando 2019 em seu conjunto, obtemos o resultado negativo de aproximadamente R\$ 45 bi.

Tal resultado também não constitui mera causalidade, já que uma economia dependente como a brasileira, não pode rebaixar as taxas de juros à um determinado patamar sem que isso implique no aparecimento de crises cambiais, provenientes da fuga desenfreada desses capitais, que buscam taxas mais atrativas de retorno, como aponta Marcelo Carcanholo. Afinal, mediante esse processo, eleva-se a demanda por moeda estrangeira, em detrimento da moeda nacional, o que influi na elevação do preço do dólar em termos de reais, ou seja, na taxa de câmbio (R\$/US\$). Ademais, a balança de pagamentos apresenta problemas sistemáticos, já que além da depreciação dos termos de intercâmbio e o patamar da taxa de juros, a economia brasileira não possui um departamento produtor de bens de capital robusto como o das economias mais desenvolvidas, o que leva o país a arcar com custos significativos na importação de máquinas e equipamentos. Por fim, as remessas de lucro das multinacionais às suas filiais nos países desenvolvidos também constitui uma fonte importante dos déficits sistemáticos.

Portanto, os dados permitem afirmar que o Brasil vinha apresentando resultados econômicos e sociais preocupantes, preparando um terreno perigosamente vulnerável a crises como esta que vivemos. A seguir será apresentada uma discussão sobre os efeitos da crise econômica resultante da pandemia do novo coronavírus.

4.2 O impacto da Covid-19 na economia brasileira

68

A pandemia de Covid-19 provocou em todo o mundo a adoção de medidas de isolamento social, fazendo com que a economia diminuísse drasticamente seu ritmo. Os setores da indústria, comércio, e serviços apresentaram em março queda de 9.1%, 2.5 %

e 6.9% respectivamente, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo André Macedo⁹, gerente de pesquisa industrial mensal IBGE, a indústria teve aumento de produção em alguns produtos devido à quarentena, como papel higiênico, absorventes, fraldas, desodorantes, sabões, detergentes, xampus, seringas, agulhas, luvas de borracha, artefatos de proteção e caixões, no entanto isoladamente estes não tem força para levar todo o setor a um crescimento.

Consequentemente os impactos também são sentidos no mercado de trabalho, que já vinha passando por um processo de fragmentação. A pesquisa PNADC para o primeiro trimestre de 2020 capta apenas o início da pandemia, visto que o número de casos confirmados em 31 de março era de 5.717, e nas regiões metropolitanas com mais forte atividade econômica as medidas de isolamento social passaram a ser adotadas apenas no final de março. Entretanto os dados da PNADC já apontam para um cenário de deterioração.

A taxa de desocupação no primeiro trimestre deste ano foi de 12,2%, representando um aumento de 1,3 pontos em relação ao trimestre anterior. A desocupação prejudica mais as mulheres que os homens, e mais as pessoas que se declaram pretas e pardas do que as brancas. O número de desalentados foi de 4,8 milhões de pessoas, sendo a Bahia o estado com maior contingente (778 mil), abrigando 16,3% do total nacional. O percentual de pessoas desalentadas foi de 4,3%, 0,2 pontos percentuais a mais que o quarto trimestre de 2019. Em relação ao trimestre anterior, a criação de novas vagas de emprego se reduziu em 2,3 milhões de janeiro a março de 2020, e a redução com relação ao mesmo trimestre de 2019 foi de 1,8 milhão. A população fora do mercado de trabalho bateu um recorde atingindo a soma de 67,3 milhões de pessoas.

A informalidade foi de 40% da população ocupada, e houve uma queda de 7% de empregados sem carteira, a primeira redução

⁹<https://revistapegn.globo.com/Noticias/noticia/2020/05/por-causa-da-covid-19-queda-da-industria-em-abril-sera-maior-diz-ibge.html>



desde o primeiro trimestre de 2016. Este cenário expressa a forte informalização que vem sendo a alternativa de sobrevivência para os brasileiros desde a crise de 2015-2016. A queda nos empregos sem carteira assinada ocorre sem um correspondente aumento na formalização, o que sugere, segundo Krein e Borsari (2020) uma sinalização do agravamento do desemprego para os próximos meses.

Foram 12,9 milhões pessoas desocupadas, 6,5 milhões subocupadas por insuficiência de horas e 8,3 milhões na força de trabalho potencial (desalentadas ou não). Estas três categorias somadas representam a subutilização da força de trabalho, e nos quer “dizer que, em certo sentido, faltou trabalho para 27,6 milhões de pessoas” (Krein e Borsari, 2020, p. 1).

Os dados para a pesquisa do IBGE estão sendo coletados por telefone devido à necessidade do isolamento social, o que torna os resultados menos precisos. Concomitantemente, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) não estão sendo divulgados pelo governo desde dezembro. Portanto é preciso lançar mão de outras variáveis que possam também contribuir para uma visão da situação atual do emprego no Brasil. José Dari Krein e Borsari (2020) utilizam os dados relativos às medidas do governo para contenção do desemprego (Medida Provisória 936), dados sobre as solicitações de seguro-desemprego e estimativas de atividades setoriais realizados por centros de pesquisa.

Cerca de 6,6 milhões de vínculos de trabalho foram contemplados pelo programa emergencial (MP 936), até o dia 8 de maio. Com relação ao seguro desemprego, não se observou uma explosão no número de pedidos (aumento de 200 mil até meados de abril em relação ao mesmo período de 2019), mas isso se deve em parte as dificuldades no processo de solicitação que vinha ocorrendo há algum tempo, parecendo uma estratégia do governo para sua política fiscalista.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, em março a produção industrial recuou 9,1% frente ao mês anterior, e os bens de consumo duráveis e bens de capital foram os que apresentaram maiores retrações: -23,5% e -15,2%, respectivamente, na comparação



mensal. No caso da indústria automotiva, em 28 de abril já havia 74% dos trabalhadores com jornada de trabalho reduzida ou contrato suspenso.

Segundo Mulinari, o que realmente denota a paralisia da produção capitalista é, por um lado, a queda na produção de bens de consumo durável, setor constituinte de maior dinamismo em uma economia do capitalismo dependente (e que passou por um processo de industrialização tal qual a brasileira passou, o qual repôs a cisão entre esfera alta e esfera baixa de consumo), e por outro, da queda na produção de bens de capital (meios de produção). Os dados expressam a depressão na formação bruta de capital fixo, que já vêm sendo arrefecida desde 2014. No seu entender, esse indicador (a formação bruta de capital fixo) é fundamental no que concerne à compressão da paralisia do processo de acumulação de capital, já que este constitui o indicador mais próximo da taxa de reinvestimento produtivo da mais-valia criada no processo de produção. Em suma, se o capital não só não se reproduz de maneira ampliada (mediante crescimento e expansão), mas sequer engendra a sua reprodução simples (equivalente à um crescimento zero).

Por outro lado, uma economia dependente como a brasileira não possui um departamento produtor de meios de produção robusto e plenamente desenvolvido como o das economias centrais. Em outras palavras, a produção nacional está inextricavelmente vinculada à importação de bens de capital, expediente característico da última fase de expansão da economia brasileira (2005-2012). Não obstante, a queda do nível de investimento foi da ordem de 8,9% no mês de abril, destoando o violentíssimo declínio das importações de máquinas e equipamentos em 35,9%, além da redução do nível de consumo dessas mercadorias em 9,5%, o que, nas palavras de Mulinari, reforça o cenário de paralisia na formação bruta de capital fixo, embora também possamos pensar na desvalorização do real não só em relação ao dólar, mas à diversas moedas, a qual influi em rebatimentos sobre a estrutura de custos das firmas, bem como na queda na importação de máquinas e equipamentos.



Mulinari esclarece que todos esses fenômenos estão consubstanciados na base econômica já deprimida pela crise capitalista, que acomete a economia nacional desde a queda dos preços internacionais dos produtos de exportação em 2012, de modo que, desde então, não houve retomada efetiva no processo de acumulação de capital, e isso antes de emergir uma crise de contornos mundiais, que possui o agravante profundo da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Existe um consenso entre os economistas que com paralisação das atividades econômicas em conjunto com as ações governamentais para reduzir o impacto social, o déficit fiscal de 2020 será muito maior do que o normal, o que deve levar ao aumento da dívida pública brasileira. O economista José Luis Oreiro acredita que esses fatores deverão “levar a dívida pública como proporção do PIB para patamares próximos de 100% em 2021” (OREIRO, 2020), porém, ao contrário do que muitos acreditam, ele não crê em um colapso fiscal que necessitaria medidas drásticas de ajuste fiscal pós pandemia. Oreiro argumenta que ao contrário da dívida existente no final da década 1970, a atual dívida é formada majoritariamente por moeda nacional, sendo o Brasil credor em moeda estrangeira e possuindo reservas internacionais.

Mesmo com todos esses problemas já identificados, prever o impacto da COVID-19 sobre o PIB brasileiro com exatidão é uma missão quase impossível, ainda que computando dados e utilizando modelos estatísticos avançados, uma prova disso são as divergências de estimativas vindas de diferentes órgãos. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em seu boletim conjuntural publicado em março deste ano, sugere três possíveis cenários do impacto da crise no produto interno bruto brasileiro, apresentando uma queda de 2,1% no melhor contexto e de 8,5% no pior. Em contraste, o Relatório Focus, um grande resumo das expectativas da entidade “mercado” reunido pelo Banco Central, publicado no início de abril, prevê uma queda de apenas 1,1%, melhor do que o cenário mais otimista indicado pelo DIEESE. O Fundo



Monetário Internacional (FMI) afirmou, no mesmo período, que o PIB brasileiro cairá 5,3% em 2020, uma queda quase 5 vezes maior do que as expectativas do nosso panglossiano mercado. “Ora” - pode pensar o leitor - “é óbvio que o Banco Central não anunciará uma queda esperada de 8% do PIB de seu próprio governo.” Embora esse raciocínio aparente ter um certo sentido, se aceitarmos essa lógica estaremos aceitando que os prognósticos são apenas uma tentativa de manipular a realidade. Além disso, como deixa claro o próprio Banco Central em seu site, os resultados do relatório Focus representam apenas a opinião do empresariado, indicando que ou o mercado sabe algo que nós não sabemos, ou que é uma grande bolha alheia à realidade brasileira, brincando de um faz de conta especulativo incapaz de ir além dos limites da Faria Lima.

A desigualdade sempre se mostrou um problema no Brasil, e com o efeito da pandemia esse cenário tenderá a se agravar. Além das estratégias fragmentadas no enfrentamento da doença e do cenário político instável, a sociedade brasileira é caracterizada por enormes heterogeneidades e vulnerabilidades socioeconômicas e de saúde. Estas aumentam substancialmente os desafios do enfrentamento desta crise e de transição para a reabertura da economia. Sendo assim, a caracterização das vulnerabilidades da população brasileira é fundamental para qualificar o debate sobre a implementação de estratégias de combate à epidemia. É fundamental entender como o vírus se espalhou no país. O primeiro caso teve confirmação dia 26 de fevereiro, em São Paulo, um homem de 61 anos, com histórico de viagem para a Itália. Isso evidencia que os contágios ocorreram inicialmente a partir daqueles que viajaram para o exterior. E, ao se passar dois meses de evolução da epidemia no Brasil, a quantidade de pessoas contaminadas vivendo em periferias aumentou. O Instituto Data Favela coletou dados entre 11 a 26 de abril que apontaram que a quantidade de pessoas negras que morreram por Covid-19 quintuplicou. Além disso, para o mesmo período, a quantidade de brasileiros negros hospitalizados por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) aumentou 5,5 vezes, enquanto a taxa de letalidade



entre pessoas brancas diminuiu.

Conforme artigo divulgado pela PUC-RIO, foram coletados dados disponíveis de internação, raça e escolaridade, e as diferenças sociais acompanharam as taxas de letalidade. As chances de morte de um paciente preto ou pardo sem escolaridade, 76%, são quase quatro vezes maiores que um paciente branco com nível superior, 19,6%. Quando analisados na mesma faixa de escolaridade, pretos e pardos apresentam proporção de óbitos, em média, 37% maior do que

Figura 3. Vulnerabilidade de Saúde vs. Econômica para Indivíduos com Ensino Médio Incompleto

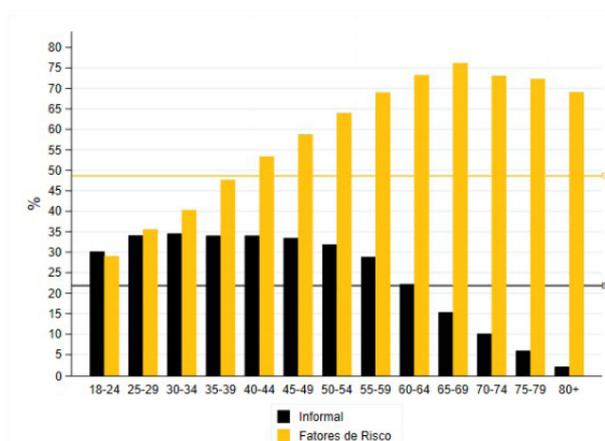


Figura 17 - Informalidade em relação à vulnerabilidade econômica e fatores de risco. Fonte: IEPS brancos. Entre os brancos de nível superior, 80,35% se recuperaram e 19,65% morreram. Entre os pretos e pardos sem escolaridade, 23,96% se recuperaram e 76,04% morreram.

Outro estudo realizado pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS: São Paulo) mostram que as pessoas suscetíveis a sofrer com o isolamento social, são os mais pobres reforçando a ideia do artigo anterior que a escolaridade é um influenciador de transmissão. Na figura abaixo observa-se que trabalhadores de menor escolaridade têm alta vulnerabilidade de saúde (fatores de risco) e econômica (informalidade). Isso vale para todas as idades. Eles também enfrentam maiores tempos de deslocamento casa-trabalho em transporte público tipicamente lotado.

Levando em consideração que as periferias possuem a maior

concentração de negros, pardos e baixa renda, é importante ressaltar também que o estado onde foi registrado o primeiro caso de covid-19 nessas localidades, foi o estado carioca. Só o Rio possui 763 favelas, onde vivem mais de 2 milhões de pessoas. As favelas são bairros densamente povoados, com infraestrutura de saneamento frágil e praticamente nenhuma possibilidade de isolamento social para muitas famílias. Muitas vezes, as casas têm apenas um lugar no qual todos os membros da família precisam morar. Além da impossibilidade de manter uma distância segura de pessoas potencialmente infectadas, nem todos podem comprar produtos como desinfetante para as mãos, máscara facial e dependem inteiramente do sistema público de saúde. Caso o vírus se espalhe como fogo nessas comunidades, poderia iniciar um processo que levaria ao colapso dos hospitais do país.

Podemos concluir que, em relação aos estudos, os pacientes que se identificam como pardo e preto não só apresentam risco significativamente maior de mortalidade do que aqueles que se identificam como branco, como também aqueles de baixa escolaridade apresentam fatores a mais de risco a saúde. Evidencia o quanto é necessário políticas públicas para o enfrentamento desta crise, visto que muitas dessas famílias não conseguem se manter em quarentena para poder se sustentar, assim se expondo mais ao vírus.

Tudo indica que os efeitos dessa crise sobre a saúde e a economia serão distribuídos de forma extremamente desigual. Mais ainda, qualquer iniciativa na direção de eliminar medidas de distanciamento social de forma indiscriminada e que não ofereçam proteção especial para as populações de mais baixa renda podem ter resultados desastrosos tanto do ponto de vista econômico quanto de saúde pública, levando a novas ondas de contágio, sobrecarga dos sistemas de saúde e óbitos.

Por fim, analisemos a situação cambial. Como exposto na seção anterior, a balança de pagamentos já vinha apresentando déficits sistemáticos antes da pandemia, de modo que, já estava cristalizada a tendência de desvalorização do real, não só ao dólar, mas em relação



à diversas moedas. Portanto, a pandemia não engendra o processo de desvalorização do real, embora o influencie em virtude da posição do dólar como reserva de valor. O dólar, cotado à R\$ 4,28 no início de fevereiro, chegou ao patamar de R\$ 5,86 em meados de maio.

Diante da escalada do dólar, o Banco Central atuou no mercado de câmbio a fim de arrefecer a demanda por dólar e, assim, conter a depreciação cambial. Só na primeira semana de maio de 2020, diante da vertiginosa escalada do dólar, o BC perdeu R\$ 24 bi nas operações de *swaps* cambiais. Tomando o acumulado do ano, a autoridade monetária apresentou uma perda total de R\$ 79 bi.

No decorrer de 2020, a Taxa Selic apresentou novas quedas: de 5% a 4,5% em 30 de janeiro; de 4,5% a 4,25% em 29 de fevereiro; de 4,25% a 3,75% em 30 de abril; e de 3,75% a 3,00% em 10 de maio. Tal como indicamos, a taxa de juros expressa um grau determinado de rentabilidade. Com o declínio do retorno financeiro, enseja-se a fuga de capitais.

Até o início de março, R\$ 44,8 bi foram retirados da bolsa brasileira, o que já supera o saldo negativo concernente à todo o ano de 2019, que foi de R\$ 44,5 bi. No que diz respeito às transações correntes, o país apresentou um déficit de US\$ 11,9 bi no primeiro quadrimestre do ano. A saída líquida de investimento em portfólio no mercado doméstico somou US\$ 31,4 bi nos quatro primeiros meses do ano.

Portanto, problemas já presentes na estrutura do balanço de pagamentos, se agravaram no contexto da pandemia, o que culmina num vertiginoso processo de depreciação cambial. Tal processo se dá, muito em virtude do componente de saída de investimentos em portfólio no mercado doméstico, ou seja, a saída do capital acionário/fictício.

Destarte, as informações apresentadas demonstram um cenário crítico, com impacto nos diversos setores da economia, deprimindo ainda mais o investimento e o nível de emprego em um país marcado pela desigualdade social. A desestruturação política e econômica do Brasil era crescente, e vem ficando mais evidente à



medida que os dados estatísticos vão sendo divulgados. As políticas públicas de cunho fiscalista que vêm sendo adotadas nos últimos anos não tem entregado as benesses econômicas que prometeram, por se basearem em modelos abstratos da economia, e em pensamentos econômicos bastante questionáveis. A seguir se abordará como estas políticas têm se comportado em meio à pandemia, apresentando críticas, perspectivas e alternativas expostas por alguns economistas.

4.3 Medidas para enfrentar a crise e outras alternativas

Diante do quadro trágico na saúde pública e de suas consequências nefastas para a economia já sentidas de imediato e igualmente previstas para o longo prazo, o governo federal brasileiro, assim como governos no mundo todo, implantou políticas públicas para tentar diminuir os impactos da crise sanitária, econômica e social. Nesta seção apresentar-se-ão algumas dessas medidas bem como uma discussão baseada em reportagens, e avaliação de alguns especialistas e instituições. Em seguida serão apresentadas alternativas para saída da crise propostas pelos economistas Ricardo Carneiro, Luiz Gonzaga Belluzzo, Persio Arida, João Sicsu e Paulo Batista Nogueira Junior.

4.3.1 As medidas adotadas

O Banco Central anunciou, em março, R\$ 1,2 trilhão em recursos para os bancos, com o intuito de manter a liquidez no sistema bancário. Esse volume corresponde à 16,7% do PIB, e busca manter a disponibilidade de dinheiro, a fim de que as instituições financeiras continuem a conduzir normalmente as suas operações. Dentre as medidas, estão:

- i) redução do compulsório (31% para 25%) e diminuição das parcelas dos recolhimentos compulsórios, totalizando R\$ 135 bilhões;
- ii) nova redução do compulsório (25% para 17%), o que representa um adicional R\$ 68 bilhões;
- iii) flexibilização nas regras das Letras de Crédito do Agronegócio, adicional de R\$ 2,2 bilhões;
- iv) empréstimos aos bancos com lastro em Letras Financeiras, com liberação potencial



de R\$ 670 bilhões; v) venda de títulos ao Banco Central do Brasil (BACEN) por meio das operações compromissadas, cujo montante é de R\$ 50 bilhões; vi) captação de recursos através do Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

O sistema bancário coordena o afluxo de capital-dinheiro aos capitalistas industriais e comerciais, e acelera o processo de reposição da concorrência. O capital monetário emprestável é direcionado, em grande parte, aos empresários que dispõem das condições necessárias a fim de produzir uma taxa de lucro média, uma taxa de lucro satisfatória às diversas frações do capital, seja ela industrial, comercial, bancária e etc.

Desse modo em diante, acelera-se o processo de concentração e centralização de capitais, já que fornece aos capitais já concentrados – portadores de níveis de produtividade superiores aos capitais de pequena e média escala – volumes expressivos de crédito bancário. Comparativamente aos demais, os capitais de maior escala dispõem da condição de produzir o lucro médio (ou até, o extraordinário), tornando possível que as demais frações do capital, destoando aqui a bancária, auferam uma alíquota do lucro global.

Isso implica dizer, que o capital bancário está intimamente vinculado com o capital industrial, já que constitui uma fração autonomizada do último, de modo que o capital industrial deve produzir uma taxa de lucro satisfatória aos imperativos da acumulação de capital de todas as frações do capital. Portanto, o volumoso incremento do nível de liquidez se volta, essencialmente, aos grandes negócios.

Segundo nota técnica do DIEESE (2020), em 16 de março o governo anunciou um pacote de R\$147,3 bilhões para atender várias medidas que se destinam a: aposentados e pensionistas (como a antecipação do 13º salário e ampliação de prazos e juros em empréstimos consignados); leilões de títulos públicos; compra de carteira de bancos; renegociação de dívidas para o agronegócio; aumento do orçamento do Bolsa Família; negociação de dívidas de empresas e famílias com boa capacidade financeira e não



inadimplentes; saque do Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep); antecipação do abono salarial; adiamento do pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); adiamento de pagamento de tributos federais para empresas do Simples Nacional; crédito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para micro e pequenas empresas; redução da contribuição para o Sistema S; destinação do fundo do Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) para o SUS; desburocratização e desoneração na compra de produtos nacionais e importados necessários ao combate do coronavírus.

Em 22 de março foi publicada a MP 927 com medidas para facilitar aos empregadores: o teletrabalho, sem necessidade de acordo individual ou coletivo; antecipação de férias individuais e concessão de férias coletivas; antecipação de feriados; flexibilização das regras para banco de horas; suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; suspensão do contrato de trabalho por até quatro meses, direcionando o trabalhador para curso ou programa de qualificação, sem recebimento obrigatório de remuneração (parcial ou total) pelo trabalhador no período; e diferimento do recolhimento do FGTS (DIEESE, 2020).

Em 2 de abril a lei nº 13.982 determinou o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 mensais a ser pago por três meses a trabalhadores: maiores de 18 anos (salvo no caso de mães adolescentes); sem emprego formal ativo; não titulares de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, salvo o Bolsa Família; cuja renda familiar mensal per capita seja de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até 3 (três) salários mínimos; que, no ano de 2018, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70. O recebimento do auxílio emergencial está limitado a dois membros da mesma família, e a mulher provedora de família monoparental recebe duas cotas do auxílio.

Em seminário online “Economia, trabalho e proteção social



em tempos de crise” (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT, 2020), Ricardo Carneiro afirmou que a direção tomada para auxílio a trabalhadores formais é correta, no entanto é insuficiente. Segundo cálculo feito pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE - FGV) o valor de R\$ 600,00 do auxílio representa menos da metade do rendimento médio dos brasileiros. Com relação a MP 936 que abriu a possibilidade de redução salarial junto a uma redução equivalente na jornada de trabalho, Ricardo afirma que o certo seria compensar a redução da remuneração com um aporte público no valor correspondente a uma porcentagem do próprio salário do empregado. Mas o que a MP prevê é uma suplementação estatal de uma porcentagem do salário desemprego, o qual por sua vez já é uma porcentagem, e da média salarial nos últimos três meses. O resultado é uma redução de 13% da massa de salários dos trabalhadores formais, segundo apuração do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON- UNICAMP).

A MP 936 permite ao empregador suspender o contrato dos empregados (por até 60 dias) ou reduzir a jornada de trabalho em 25%, 50% ou 75% (por até 90 dias). A depender de qual destas opções a empresa escolher e do montante do seu faturamento, o pagamento dos salários fica por conta delas e/ou do governo. A MP permite acordo entre empregador e empregado (sem intermediação de sindicatos) para os que recebem até três salários mínimos e os com mais de dois tetos previdenciários.

Segundo Krein e Borsari (2020) tal MP constrangem em um primeiro momento a demissão em massa dos trabalhadores formais, entretanto, o mais provável é que esteja havendo apenas um adiamento das demissões. Além disso a medida provisória dá abertura a ilegalidades desobrigando a presença de sindicatos nas negociações, porém muitos deles estão conseguindo atuar, atenuando os efeitos da crise.

A Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma da Trabalhista (REMIR) se manifestou contra a MP 936 por ser lesiva a direitos fundamentais como o da irredutibilidade salarial,



da inalterabilidade das condições contratuais, e à negociação coletiva com participação obrigatória dos sindicatos (garantidos na constituição brasileira e reconhecidos pela ONU, OIT e Sistema Interamericano de Direitos Humanos). A REMIR alerta para os impactos de um arrocho na massa de salários considerando a importância do consumo das famílias para a economia brasileira (65% do PIB em 2019). Ademais, dos 37,4 milhões de trabalhadores formais, cerca de 29,2 milhões recebem até 3 salários mínimos, e excluir a obrigatoriedade participação dos sindicatos (já fragilizados pela reforma trabalhista) nas negociações destes mais vulneráveis “aprofunda as assimetrias nas relações entre trabalho e capital”¹⁰.

A PEC 10/2020 tem o intuito de permitir gastos temporários para além dos limites impostos por regras fiscais, sobretudo a regra de ouro, pois a meta de saldo primário e do teto dos gastos, já teriam sido contornadas pelo regime de calamidade pública. Busca também criar condições legais para intervenções não convencionais e massivas do Banco Central, principalmente no mercado secundário de títulos e direitos creditórios¹¹.

Para Ricardo Carneiro esta PEC “do orçamento de guerra” salva o mercado financeiro e o sistema de títulos públicos mas não vai a fundo no problema, acreditando que o próprio mercado fará o ajuste. Apesar de as políticas serem direcionadas de maneira ampla a vários setores da sociedade, segundo empresários¹² e pesquisadores¹³ há uma falta de coordenação entre as ações do governo. Além disto muitas medidas na prática não estão sendo bem executadas e os destinatários têm encontrado dificuldades no acesso a auxílios¹⁴ e

¹⁰<http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/05/Nota-da-Remir-sobre-a-ADI-6363-20.pdf>

¹¹<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/pec-do-orcamento-da-guerra-poderia-se-chamar-proposta-da-discordia/>

¹²<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/18/falta-de-coordenacao-no-combate-ao-coronavirus-prejudica-retomada-da-economia-apontam-empresarios.ghtml>

¹³<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/resposta-politica-a-covid-19-tem-muitas-medidas-e-pouca-eficacia>

¹⁴<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/05/03/Quais-as-principais-falhas-de-acesso-ao-aux%C3%ADlio-emergencial>



crédito¹⁵.

Outrossim as políticas adotadas no Brasil demonstram um esforço muito menor em termos de montante financeiro e de organização quando comparado com outros países. Segundo o DIEESE (2020, p.8) o Ministério da Economia está mais preocupado, por exemplo, em fazer avançar nova (a terceira) reforma trabalhista, reduzindo ainda mais os salários e benefícios para aliviar o caixa das empresas, em vez de injetar recursos para tratar da anemia enfrentada pela economia brasileira nos últimos anos.” O DIEESE afirma ainda que o governo escolheu a estratégia de reduzir direitos e desonerar o setor produtivo, mantendo intocados os pagamentos do serviço da dívida, o que resultará em aumento da miséria no país.

4.3.2 Possíveis alternativas

Ricardo Carneiro adota um tom crítico às medidas instauradas pelo Governo Federal até o presente momento. Com relação às condutas econômicas a serem adotadas, Carneiro é enfático ao afirmar que estamos em uma crise de oferta, e a melhor providência é fazer com que o Estado substitua o investimento privado, auxilie a quem não está trabalhando, substitua as fontes de renda dos estados e municípios (que dependem muito da atividade econômica para sua receita tributária e têm em suas mãos o importante gasto em saúde). É preciso evitar o aumento da inadimplência na economia, criando crédito através dos bancos públicos, ou crédito com recursos públicos por meio dos bancos privados (obrigando-os a emprestar). O sistema financeiro brasileiro é muito avesso ao risco, e o necessário fluxo de crédito adicional só seria possível com a intervenção do Banco Central. O crédito com garantia pública é a única forma de tirar o risco das operações.

Ricardo Carneiro afirma ainda que o mercado financeiro deve ser regulado para evitar que ele contamine o funcionamento dos tipos de crédito que são importantes neste momento, como é o caso do

¹⁵<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/14/covid-19-crise-sera-longa-e-deixara-cicatrizes-em-empresas-diz-secretario.htm>



financiamento da dívida pública (precisaremos dela, a uma taxa baixa). As taxas dos títulos públicos, principalmente as de mais longo prazo, estão crescendo muito, e isto pode levar ao encarecimento da dívida pública ou fazer com que a dívida passe para o curto prazo. A taxa dos títulos públicos, mais precisamente a de cinco anos, é a referência para taxa de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), portanto uma alta inviabiliza o financiamento da recuperação econômica. Ademais, como os bancos detêm títulos públicos, passariam a emprestar menos ainda.

A recuperação dependerá muito, para Ricardo Carneiro¹⁵, da construção civil e da assistência social, e utiliza dados de Orair Siqueira e Gobetti (2016) que demonstram que os efeitos multiplicadores são máximos nestes setores quando a economia está em recessão. Ricardo Carneiro atribui grande importância à construção civil por ser um segmento: *non tradable*; que sustenta a demanda; aumenta a produtividade; induz o gasto e investimento privado; tem forte efeito multiplicador em diversos outros setores; a começar pela massa de salários; e tem um dos coeficientes de emprego mais altos da economia. Carneiro estima que o investimento na construção civil pode trazer crescimento econômico já em 2020, no entanto afirma que é preciso levar em conta os segmentos deste setor e suas potencialidades e limitações para o crescimento no curto prazo.

O principal segmento da construção civil é o da infraestrutura, e teve seu investimento drasticamente reduzido no pós crise, principalmente por parte do poder público. Neste momento, segundo Ricardo Carneiro, é preciso abandonar políticas fiscalistas e retomar este investimento. Com relação às concessões, elas cresceram muito até o segundo governo Dilma, mas sofreram grave choque por conta da crise e da Lava Jato. Para Ricardo, a solução de curto prazo seria a renegociação dos termos destas concessões e indução à venda dos projetos em desequilíbrio financeiro ou com concessionária limitada financeira ou legalmente.

¹⁶<https://diplomatie.org.br/o-desafio-da-retomada-da-economia-pos-pandemia/>



O segundo principal segmento da construção civil é o da construção residencial, onde a metade é representada pelas construções domésticas. Destas, metade dependem da renda das famílias, e portanto não se pode esperar que ocorram em grande volume neste momento de crise. As demais construções civis domésticas são de base empresarial — de médio e alto padrão (MAP), e o Minha Casa Minha Vida faixas 2 e 3 — ou de investimento público através do Minha Casa Minha vida faixa 1. As de base empresarial apresentaram resultados dúbios nos últimos anos, de modo que seja necessário retomar o investimento público no MCMV faixa 1, que declinou muito após atingir o seu pico em 2013.

Assim como Ricardo Carneiro, outros economistas relevantes apresentaram suas soluções para a crise vivenciada pela economia brasileira, levando em consideração o agravamento do quadro esperado a partir da possibilidade do Brasil tornar-se o novo epicentro mundial da pandemia por coronavírus. O portal Nocaute, de responsabilidade do escritor e jornalista Fernando Moraes, publicou, no dia 28 de abril de 2020, uma série de quatro textos contendo as análises e sugestões de políticas por Luiz Gonzaga Belluzzo, João Sicsú, Pérsio Arida e Paulo Batista Nogueira Jr.

Os quatro economistas apresentam, em alguma medida, uma visão crítica frente às medidas adotadas até então pelo Governo Federal brasileiro. Belluzzo defende, no texto intitulado “O dinheiro e o mercado”, a relevância, destacada originalmente por Marx, da dívida pública como ferramenta capaz de impulsionar a acumulação primitiva, tal qual a maneira como os Estados devem valer-se desse artifício para lidar com momentos de crise. Belluzzo considera haver uma indissociabilidade entre Estado e mercado na dimensão monetária do capitalismo e que, por consequência, a riqueza financeira privada que é diluída durante as crises deve ser contrabalançada por meio da ação discricionária do Estado, que deve garantir o desbloqueio da produção e do consumo através da expansão de seus déficits.

Para João Sicsú, a questão chave para que seja possível lidar de maneira mais eficiente com períodos de crise é o planejamento



estatal. Sicsú defende com clareza sua tese no trecho abaixo: “Planejamento estatal é necessário agora, mas sempre foi e sempre será imprescindível. O planejamento é um conjunto de elementos estruturais e muitas políticas econômicas e sociais. Sociedades e economias não podem ficar ao sabor do *laissez-faire*, não podem ficar à deriva. Os maiores e mais fortes se aproveitam do descontrole e da desregulamentação para se tornarem ainda mais robustos — e o fazem às custas da quase escravização dos menores e mais fracos.” (SICSÚ, 2020, não paginado). Apresenta também algumas propostas de políticas emergenciais e de longo prazo absolutamente distintas das que o presente governo está realizando, como: “socorrer todas as famílias de trabalhadores informais, desempregados e desalentados com um salário mínimo estabelecido pelo DIEESE” e “reformular a legislação trabalhista para garantir a formalização, direitos e o fim da pejotização e adotar novas políticas econômicas (fiscal, monetária e cambial) que tenham como objetivo o pleno emprego e o bem-estar social”.

Pérsio Arida adota uma postura distinta de Carneiro, Belluzzo e Sicsú, pois defende as medidas de austeridade adotadas especialmente a partir do governo de Michel Temer, segundo ele capazes de implodir o quadro recessivo em que encontrava-se a economia brasileira. Todavia, também adota um tom crítico no sentido em que considera que tais medidas, como por exemplo a Reforma da Previdência, isoladamente não são capazes de recuperar a confiança do investidor privado, fundamentalmente considerando o agravamento da crise por conta do Sars-CoV-2. Para Pérsio Arida a atitude correta que garantiria que o Brasil obtivesse crescimento condizente com suas potencialidades seria focar em produtividade. Ganhos de produtividade nos setores público e privado seriam alcançados através do estabelecimento de um ambiente de negócios jurídico e normativo favorável aos investimentos privados. Defende não ser possível melhorar a condição brasileira por meio do planejamento estatal e da realização de novos investimentos públicos, mas realizando, por exemplo, “uma reforma administrativa radical para aumentar a produtividade do setor



público” e “um programa de privatizações de envergadura atingindo as grandes estatais para evitar que parte substantiva do aparato produtivo seja regido por regras outras que não a busca da eficiência econômica”. (ARIDA, 2020, não paginado).

Por último, Paulo Batista Nogueira Jr. apresenta uma análise semelhante a de Belluzzo em texto intitulado “E se eu fosse o ministro da fazenda?”, caracterizando a crise atual pelo “adiamento de despesas de consumo e investimento” do setor privado, mais a “retração generalizada da oferta de crédito e aumento abrupto da preferência por liquidez, entre outros aspectos” (NOGUEIRA, 2020, não paginado). Também confia na estratégia de recuperação baseada em medidas governamentais compensatórias, enfatizando a necessidade da expansão fiscal, de crédito público e da oferta monetária, demonstrando, porém, preocupação com a problemática de uma nova crise de balanço de pagamentos no Brasil. Nogueira acredita que as reservas internacionais devem ser operadas com cautela, evitando que a redução no diferencial de juros possa comprometer a trajetória do câmbio. Também defende que as medidas emergenciais tenham enfoque na parcela da população mais pobre e com maior propensão ao consumo imediato, visando a redução dos efeitos do aumento da dívida pública.

Por fim, é possível observar que, de fato, a economia brasileira já não atravessava um grande momento no período anterior à chegada do Sars-CoV-2. Os dados relativos ao mercado de trabalho, produção industrial e crescimento do PIB indicavam grandes dificuldades enfrentadas pelo Brasil no tocante à sua economia antes de 2020, fazendo com que, no geral, os problemas passem a adquirir uma proporção ainda maior devido ao isolamento social, entre outras medidas relativas ao controle da pandemia. Também é possível concluir que as decisões do Governo Federal até o momento não se mostraram capazes de suavizar os efeitos nocivos da crise para a economia e o bem-estar dos brasileiros. Visto que o número de mortes diárias por covid-19 encontra-se já na alarmante casa dos milhares e o auxílio emergencial não parece dar conta das necessidades dos



cidadãos, talvez seja hora de discutir as medidas adotadas, levando em consideração as mais diversas opiniões expostas, em parte, pelo presente trabalho.

4.4 Referências

AGÊNCIA ESTADO. **Com crise, Banco Central já anunciou R\$ 1,2 trilhão em recursos para bancos.** Info Money. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/com-crise-banco-central-ja-anunciou-r-12-trilhao-em-recursos-para-bancos/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

AGÊNCIA ESTADO. **Fuga de capital estrangeiro da Bolsa brasileira é recorde.** Info Money. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/fuga-de-capital-estrangeiro-da-bolsa-brasileira-e-recorde/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

ARIDA, P. **O errado, o meio certo e o correto.** Disponível em <<https://nocaute.blog.br/2020/04/28/persio-arida-o-errado-o-meio-certo-e-o-correto/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas do Setor Externo.** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/docs_estatisticassetorexterno/Nota%20para%20a%20imprensa%20-%20Estat%3%ADsticas%20Setor%20Externo.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

BELLUZZO, L. G. **O dinheiro e o mercado.** Disponível em: <<https://nocaute.blog.br/2020/04/28/luz-gonzaga-belluzzo-o-dinheiro-e-o-mercado/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CARCANHOLO, Marcelo. **Inflação e taxa de juros no Brasil: um pseudodebate.** CORECON-RJ. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/anexos/A6340E4101915BB58499BC36CD42BA5E.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020

DIEESE, Nota Técnica nº 224 de 23 de março de 2020. **Medidas adotadas por vários países para conter os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec224MedidasPaises.html>>

HESSEL, Rosana. **Fuga de capital estrangeiro do Brasil salta 145% no ano.** Correio Braziliense. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/04/01/internas_economia,841711/fuga-de-capital-estrangeiro-do-brasil-salta-145-no-ano.shtml. Acesso em: 25 jun. 2020.

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, (2020). **"Vulnerabilidades da População Brasileira à COVID-19: Desafios para a flexibilização do Distanciamento Social"**. Disponível em: <<https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2020/05/NT9-IEPS.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

KREIN, José D.; BORSARI, Pietro. **Coronacrise: a pandemia, a economia e a vida.** Instituto de Economia UNICAMP, 2020. Disponível em: <<http://www.economia.unicamp.br/covid19/pandemia-e-desemprego-analise-e-perspectivas>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

MACHADO, Juliana. NEIRA, Ana Carolina. **Saída mensal de capital externo na bolsa é recorde.** Valor. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2019/09/04/saida-mensal-de-capital-externo-na-bolsa-e-recorde.ghtml>. Acesso em 25 jun. 2020

MULINARI, Maurício. **A paralisia capitalista e as tarefas dos revolucionários.** Revolução



Brasileira, 2020. Disponível em: <https://revolucaobrasileira.org/15/05/2020/a-paralisa-capitalista-e-as-tarefas-dos-revolucionarios/>. Acesso em 25 jun. 2020

NERI, Marcelo C. **A Escalada da Desigualdade: Qual foi da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza?**. FGV Social, 1999. Disponível em: <<https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/A-Escalada-da-Desigualdade-Marcelo-Neri-FGV-Social.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

NOGUEIRA, P. B. **E se eu fosse o Ministro da Fazenda?**. Disponível em: <<https://nocaute.blog.br/2020/04/28/paulo-nogueira-batista-junior-e-se-eu-fosse-o-ministro-da-fazenda/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, (2020). **"Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil"**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkklvkydO/view/>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

O CAFÉZINHO. **Segundo o BC, US\$ 40 bilhões saíram do país.** <https://www.ocafezinho.com/2019/11/25/segundo-o-bc-us-40-bilhoes-sairam-do-pais-em-jan-set-2019/>. Acesso em 25 jun. 2020.

OREIRO, José L. **Existe um limite máximo para a relação dívida pública/PIB?**. Blog José Luis Oreiro. 13 de maio. 2020. Disponível em: <<https://jloreiro.wordpress.com/2020/05/13/existe-um-limite-maximo-para-a-relacao-divida-publica-pib/>>. Acesso em 20 mai.2020.

REUTERS. **Guedes diz que o "Brasil já estava decolando" antes da crise do coronavírus.** Revista Exame, 2020. Disponível em: <<https://exame.com/economia/guedes-diz-que-brasil-ja-estava-decolando-antes-da-crise-do-coronavirus/>>. Acesso em:21 mai. 2020.

ROSÁRIO, Miguel. **O eterno problema da balança de pagamentos.** Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2020/01/27/o-eterno-problema-da-balanca-de-pagamentos/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SABOIA, J. et al. **Desalentados no Brasil - Caracterização e Evolução no período 2014/2019.** Rio de Janeiro: UFRJ, abr. 2020. (Texto para discussão 003/2020). Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>>.

SEMINÁRIO ONLINE "ECONOMIA, TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE", 2., 2020. **Economia brasileira hoje: antecedentes da crise e perspectivas - Ricardo Carneiro.** Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/seminario-on-line-economia-brasileira-hoje-antecedentes-da-crise-e-perspectivas-22-04/>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

SICSÚ, J. **Planejamento: contra a Covid-19 e a insegurança.** Disponível em: <<https://nocaute.blog.br/2020/04/28/joao-sicsu-planejamento-contra-o-coronavirus-e-a-inseguranca/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

TAIAR, Estevão. **BC perde R\$ 24,2 bilhões com atuação no câmbio em maio, até dia 8.** Valor. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/13/bc-perde-r-242-bilhoes-com-atuacao-no-cambio-em-maio-ate-dia-8.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2020.



5. Entrevista: com o professor Fabiano Abranches Silva Dalto.

Em 2002, o professor Carlos Lessa fez a apresentação para o público brasileiro do livro Trabalho e Moeda hoje, de Randall Wray (Editora UFRJ/Contraponto), ressaltando que o autor contribuiu para o entendimento da política fiscal-monetária : “Nesta época de predominância de fetiches liberais de política fiscal “responsável”, é interessante considerar que, num regime fiscal-monetário coerente, o governo primeiro gasta mediante emissão de moeda fiduciária, e só depois, dependendo do efeito que esse dispêndio tenha sobre a taxa de juros, no *open Market*, emite moeda ou dívida, ou recolhe dívida pública”. Os enfoques contidos no que hoje se conhece como Moderna Teoria da Moeda (*Modern Monetary Theory*, MMT na sigla em inglês) permitem por abaixo os muros teóricos que dificultam uma práxis estatal levada por preocupações sociais. Nesta entrevista concedida ao grupo PET Economia, o professor Fabiano Abranches Silva Dalto nos ajuda a entender seu significado e porque deve ser estudada por todos os economistas que desejam um mundo melhor. Ele é docente do Departamento de Economia, do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e colaborador do Centro de Estudos Brasil-China da UFPR. Além disso, acaba de lançar a primeira publicação em português, junto com colegas, sobre o tema. A obra se chama “Teoria monetária moderna: A chave para uma economia a serviço das pessoas”.

1) Você poderia explicar em que consiste a abordagem da MMT e como ela se diferencia das abordagens convencionais sobre o financiamento público?



89



A Teoria Monetária Moderna (MMT na sigla em inglês) se desenvolve a partir de uma visão sobre moeda e finanças públicas que remonta ao início do século passado e que foi visão corrente até meados do século. Já no início do século XX, um jurista inglês, Mitchel-Innes, propunha que dinheiro nunca foi mercadoria, que dinheiro sempre

foi uma relação de crédito e débito. Ao redor da mesma época, um economista adepto da escola histórica alemã, George Knapp, publicava seu livro "Teoria Estatal da Moeda", argumentando que moeda é qualquer coisa que o estado aceite nos seus guichês de pagamentos para liquidação de obrigações não recíprocas impostas pelo estado (taxas, impostos, contribuições etc). Keynes, no seu "Tratado da Moeda", afirma que moeda é moeda estatal ("cartalista") há mais de 4 mil anos. Finalmente, Abba Lerner, economista Keynesiano da primeira geração (contemporâneo de Keynes) diz que "moeda é uma criatura do estado" (título de um de seus artigos à respeito do assunto). Abba Lerner também é o economista que propõe as "Finanças Funcionais", em oposição às "Finanças Responsáveis" ou "Saudáveis", na qual a MMT se baseia em parte. Pelo princípio das "Finanças Funcionais" a política fiscal e de endividamento público deve ser conduzida de acordo com objetivos econômicos reais e não por algum critério de déficit ou superávit. Por objetivos econômicos reais quer se dizer o nível de emprego, a estabilidade de preços, o nível de bem-estar social etc. Por exemplo, se há desemprego o governo deveria gastar tanto quanto fosse suficiente para gerar pleno emprego, não importando o nível de déficit ou dívida que isto eventualmente correspondesse. Por outro lado, não se deveria gastar além do nível de pleno emprego, pois isto causaria inflação, mesmo que o déficit fosse zerado e a dívida reduzida.

2) A MMT é um enfoque analítico para entender o funcionamento de economias monetárias ou é apenas um novo enfoque de política econômica?

Ambas as coisas. Tanto é um enfoque analítico novo, com implicações para o entendimento do funcionamento da economia como para as políticas econômicas que estão disponíveis para os governos adotarem. Ainda que seja um enfoque novo, a MMT não é uma ruptura completa com tudo que conhecíamos até aqui. Ela compartilha concepções de um amplo conjunto de teorias heterodoxas, especialmente com as vertentes do Princípio da Demanda Efetiva



(por exemplo: Keynes, Kalecki, Abba Lerner e Pós-Keynesianos em geral – Hyman Minsky, em especial) e correntes institucionalistas (principalmente por sua metodologia baseada na história e nos mecanismos institucionais que organizam as sociedades).

Onde está a novidade, então? A novidade está na descrição que a MMT faz sobre a relação entre gastos do governo, moeda e sistema monetário. Até aqui as várias vertentes da teoria econômica, incluindo as heterodoxas da qual a MMT faz parte, ignoraram, negligenciaram ou descreveram de forma equivocada a forma como o governo gasta e como o gasto público entra no sistema econômico e o afeta. Por consequência, a visão convencional sobre tributação, endividamento e emissão de moeda dominava até mesmo teorias heterodoxas, ainda que a visão convencional esteja em desacordo com o princípio da demanda efetiva. Dessa forma, a MMT, ao descrever os mecanismos de financiamento do governo, oferece princípios mais sólidos para embasar as teorias heterodoxas tributárias do princípio da demanda efetiva. Com isso, a MMT abre novas perspectivas para as políticas econômicas possíveis.

3) Você poderia nos explicar como a MMT se posiciona em relação ao fenômeno da financeirização das economias capitalistas?

Não existe um posicionamento fechado sobre a “financeirização”. Entretanto, considerando os posicionamentos mais comuns de vários MMTistas, existe um posicionamento crítico em relação ao processo de “financeirização”. O sentido deste processo tomado pelos MMTistas é de que os interesses financeiros tem sido privilegiados dentro do conjunto de políticas públicas. Isto é, governos tem liberalizado práticas financeiras especulativas e depredadoras (securitização de dívidas generalizadas; modelo “gera e distribui” da crise de 2008 etc) que inevitavelmente levam a um crescente endividamento do setor privado e uma conseqüente crise financeira. Invariavelmente, após instalada a crise financeira, o governo atua (seja através do Banco Central, seja através da política fiscal) resgatando os agentes financeiros, isto é, impedindo que seus ativos desvalorizem. A combinação do aparato



da MMT (que envolve o conceito de criação de moeda endógena pelos bancos e de instabilidade financeira de Minsky) nos dá uma clara ideia – geralmente oposta às visões convencionais – de que o problema da instabilidade na economia capitalista envolve o endividamento privado e a desigual distribuição de renda e riqueza. E, novamente contrário à visão geral, só o governo pode estabilizar a renda e a riqueza privada criando moeda (dívida) estatal. Politicamente, os autores MMTistas propõem sistemas regulatórios rigorosos sobre o sistema financeiro e mesmo reformas no sistema financeiro de forma a reduzir o poder de mercado e político de suas instituições ao mesmo tempo que impedem o desenvolvimento de práticas financeiras que levem à instabilidade e crise financeira.

4) Você poderia nos apresentar qual é a agenda que os economistas que integram a MMT propõem em nível internacional para sair ou mitigar a crise econômica?

No campo da economia internacional, não há uma agenda oriunda dos MMTistas. Entretanto, duas proposições são decorrentes de sua premissa de que governos que emitem sua própria moeda não quebram nem tem restrição financeira. A primeira proposição seria, então, que o endividamento em moeda estrangeira reduz os graus de liberdade da política doméstica. Uma segunda proposição seria que taxas de câmbio flexíveis ampliam os graus de liberdade da política doméstica. Um sistema de pagamentos internacional estável, seria um em que os países não se endividassem em moeda estrangeira. Por exemplo, Bretton Woods não seria um sistema de pagamentos estável e por isso mesmo foi desmontado. Da mesma forma, a União Monetária Européia é estruturalmente instável uma vez que seus países membros abriram mão de sua soberania monetária (isto é, se endividam em moeda que não emitem) para uma entidade que não opera a política fiscal em nenhum dos países membros. De modo geral, os MMTistas favorecem sistemas que garantam a soberania monetária dos países.



5) Quais são as resistências que enfrenta a implementação estatal

dos enfoques da MMT?

A meu ver, as principais resistências às concepções da MMT são de ordem teórica e política. Economistas de várias vertentes teóricas têm concepções equivocadas sobre a natureza do dinheiro e sobre o funcionamento do sistema monetário, em especial de como se dá o financiamento público. Economistas foram acostumados a pensar que o governo se financia ou tributando ou emitindo títulos. Também acreditam que a emissão monetária é inflacionária, sempre. Tais concepções têm limitado as opções de política econômica disponíveis para os dirigentes dos governos. Praticamente só lhes resta a austeridade (mais forte ou mais branda a depender da orientação política do governo) como alternativa de política econômica.

No campo da política, existe uma resistência neoliberal organizada (novamente, em todos os quadrantes do espectro ideológico ainda que com gradientes diversos) que condena a atuação do estado em favor das soluções favoráveis aos capitalistas e encontram na doutrina das “finanças sadias”, na “responsabilidade fiscal”, no “governo precisa tributar para gastar” etc, etc, um amparo para suas proposições políticas, envolvendo-as e escondendo-as, numa concepção partilhada por economistas das várias correntes de pensamento econômico. Enfim, as duas dimensões da resistência à MMT, a teórica e a política, se reforçam mutuamente.

6) Para implementar no Brasil uma política econômica em linha com a MMT é necessária uma reforma financeira?

Necessário, no sentido de indispensável, não é. Nós hoje já temos os instrumentos necessários para adotar políticas de pleno emprego e de desenvolvimento social conforme as sugeridas por vários MMTistas. Alguns obstáculos fiscais, entretanto, deveriam ser eliminados definitivamente. A tríade neoliberal constituída pela LRF, pela Regra de Ouro, e pelo Teto dos Gastos, que foi suspensa agora na crise sanitária, é uma restrição autoimposta contrária ao princípio das finanças funcionais. No âmbito da economia política, uma reforma financeira poderia reduzir o poder de barganha político que as classes



rentistas tem gozado no país. As amarras maiores são mesmo as duas anteriores, qual seja: de concepção teórica e de interesses políticos.

7) Qual é a agenda atual que a MMT propõe para a economia brasileira e quais são os pontos de convergência e divergência com outros economistas que defendem “destravar” o gasto público?

A MMT em si não é um construto político, nem mesmo de economia política enquanto tal. Os MMTistas, por outro lado, são, em geral, de inclinação progressista no campo político. Assim, os MMTistas no Brasil e no mundo têm apoiado uma série de políticas progressistas, especialmente, no campo das políticas sociais e ambientais. Por exemplo, a proposta da campanha a presidente do Democrata Bernie Sanders nos EUA, propôs uma reconversão produtiva com base na geração de energia limpa e geração de empregos nestas áreas (economia verde); propôs a criação do sistema de saúde pública universal e a universalização das matrículas universitárias. Todas estas propostas contaram com contribuições de economistas MMTistas como Stephanie Kelton (assessora em economia do Sanders no Senado). Especificamente MMTista é a proposta de emprego garantido pelo governo. Pavlina Tcherneva, uma economista de origem eslava radicada nos EUA, tem feito vários estudos nesta área. Randall Wray, Stephanie Kelton e Scott Fullwiler fizeram estudos para os EUA calculando o custo e os efeitos de uma política de pleno emprego.

No caso brasileiro, a MMT ainda é muito incipiente, não constituindo massa crítica para ter um conjunto de propostas sistematizadas para a economia brasileira. Há, entretanto, algumas iniciativas parlamentares informadas pela perspectiva MMTista, como o projeto de emprego garantido proposto pelo Deputado Glauber Braga do PSOL-RJ e agora um projeto de emprego emergencial, também apresentado pela bancada do PSOL na Câmara Federal.

No Brasil, a MMT ainda se apresenta apenas como uma ferramenta analítica da situação econômica nacional. Nesta análise, a MMT se diferencia de outras perspectivas em vários pontos:



a) existe um semi-consenso entre economistas brasileiros de que o período englobando o governo Lula a economia cresceu puxada pela demanda externa (efeito preço das commodities). Existem amplas evidências, como espera a MMT, que indicam que o crescimento se deveu a um conjunto de políticas de investimentos públicos junto com transferências de renda (bolsa família; previdência etc);

b) existe um consenso, relacionado ao anterior, de que a taxa de câmbio atuou contrariamente ao crescimento econômico nos anos do governo Lula. A análise da MMT não coloca grande importância na taxa de câmbio como variável para determinar o crescimento econômico. A ênfase é colocada na demanda efetiva e, em particular, na demanda gerada pelo setor público e seus efeitos multiplicadores sobre a renda;

c) existe um relativo consenso de que a crise em que vivemos decorre de uma "crise fiscal" do governo (ainda presidente, Dilma chegou a dizer que teria "acabado o dinheiro" do governo; seu ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, propôs o Teto de Gastos, que só não foi implantado pelo governo Dilma porque ela caiu antes). A MMT afirma que tal coisa, "crise fiscal", é impossível na economia brasileira;

d) existe um relativo consenso entre economistas brasileiros de que, mesmo que não haja "crise fiscal", o crescimento da dívida pública implicaria algum tipo de estrangulamento sobre os gastos públicos ou impor uma maior taxa de juros. A MMT rechaça ambos consensos e está amplamente respaldada pelas evidências correntes da economia Brasileira que vive com crescentes déficit e dívidas públicas sem contudo ter aumentado (pelo contrário, está caindo) a taxa de juros, nem a inflação. Muito menos, há qualquer inadimplência do governo;

e) alguns economistas que gostariam que o gasto público aumentasse defendem que isto só seria possível com uma reforma tributária que financiasse os investimentos públicos. Para os MMTistas, em que pese a necessidade de se fazer uma reforma tributária no sentido da redução da desigualdade, não existe a necessidade de se tributar mais ninguém para se realizar os gastos considerados necessários. Ademais, tal vinculação, serve aos propósitos dos ricos dado que o



“aumento de tributos” é uma pauta avaliada como amplamente negativa para qualquer segmento social. Enfim, MMTistas não fazem qualquer vinculação entre tributar e gastar, quando tratam de um governo que emite sua própria moeda;

f) finalmente, MMTistas no Brasil foram os primeiros a criticar a ideia de “usar as reservas internacionais” para financiar os investimentos públicos ou reduzir a dívida pública (propostas apresentadas por economistas vinculados ao PT e PDT e recentemente pelo Ministro da Economia Paulo Guedes). As reservas internacionais são consideradas necessárias pelos MMTistas uma vez que isto amplia o grau de liberdade da política doméstica justamente porque o Brasil não compra mercadorias no exterior em reais. Se o fizesse, não haveria necessidade de reservas internacionais. Por outro lado, decorre da MMT o fato de que não há necessidade de se desfazer das reservas internacionais para o governo Brasileiro financiar qualquer de seus gastos.

8) Qual é a sua opinião sobre os programas de renda universal básica e de garantia de emprego?

A MMT defende uma política de pleno emprego ou de emprego garantido pelo governo. Neste programa, o salário pago se torna o salário mínimo efetivo da economia. A MMT critica os programas de renda básica universal porque a) temos uma opção melhor que é o empregogarantido;b)arendabásicauniversalnãoreduzdesigualdades de renda tão efetivamente quanto programas de pleno emprego; c) a renda básica universal paga uma renda sem colocar as pessoas para criarem produtos e serviços, de forma que aumenta a demanda sem aumentar correspondentemente a produção. Ha, portanto, um potencial embutido no programa de renda básica universal para pressionar os preços de alguns produtos; d) quanto menos se queira evitar o problema inflacionário decorrente de um programa de renda básica universal generoso, tanto mais a renda básica universal tenderá a puxar para baixo os rendimentos dos trabalhadores enquanto o salário do empregador garantido tende a ser o salário mínimo efetivo,



uma vez que embute estabilidade de preços; e) a MMT vê o trabalho como uma relação social constitutiva do ser humano, portanto um direito fundamental, que afeta a saúde mental, as relações sociais, a autoestima e a autorrealização etc. Por ser bem público, a MMT entende que o governo deve garantir o emprego de todos aqueles aptos e desejosos de trabalhar.



6. Conclusões

Os temas compilados e comentados neste estudo estão em pleno desenvolvimento, tanto a crise econômica dos países capitalistas, incluído o Brasil, quanto a pandemia, não parecem se aproximar de um desfecho, no entanto, é possível pontuar algumas questões que o grupo considera importantes. São as que constam a seguir.

A pandemia funcionou como um gatilho para a crise econômica de boa parte dos países, excetuando talvez alguns da Ásia. O ritmo de crescimento global já vinha se mostrando débil e os mercados de trabalho mais e mais vinham sendo dominados pela precarização e baixo dinamismo das ocupações formais. Após décadas de avanço da financeirização com a conivência das autoridades governamentais, o núcleo vital de atividades produtivas portadoras de progresso técnico foi se deslocando progressivamente para a China em irresistível *catching up*, sendo este o principal motivo da guerra comercial que os EUA tentam levar adiante.

Na mesma linha das mudanças acarretadas pela ascensão conservadora e sua metamorfose neoliberal a partir dos anos noventa, os Estados de Bem Estar, construídos desde o pós segunda guerra, sofreram sistematicamente ataques que os debilitou. Nos dois países que lideraram o mantra do *supply side economics*, foram fragilizados, privatizados ou submetidos a austericídios os sistemas públicos de educação e saúde. Nos EUA o *Obamacare* (lei estadunidense que visa prover cobertura de plano de saúde aos cidadãos a um baixo custo) foi rapidamente desmontado pelo governo republicano, os estudantes enfrentam dívidas colossais e, no Reino Unido, o outrora brilhante sistema de saúde mostrou as consequências de negligenciar a saúde como um bem público. De modo complementar, os mercados de trabalho em sua marcha da precarização já vinham sendo “uberizados”. Nesses dois países, assim como na União Europeia



vinha se constituindo um mundo do trabalho cada vez mais fraturado deixando uma grande maioria (“empreendedores”) ao relento e consolidando uma elite ligada às atividades de maior dinamismo no campo das finanças, dos serviços ou da produção industrial sem a sua generosidade empregadora fordista numa outra plataforma tecnológica.

Neste sentido, a pandemia vitimou de modo particularmente implacável os mais frágeis da desigual estrutura social “construída” durante décadas de “mais mercado menos Estado”. Ela que teve como veículos transmissores/ disseminadores por excelência os turistas de classe média e rica internacionalizados, rapidamente penetrou nas camadas mais pobres e desprotegidas da população, esta foi uma regra invariável em todos os países. Em alguns países, a pandemia explicitou depósitos de idosos, geriátricos de fachada, sem suportes sanitários decentes, verdadeiras fábricas de morte, como aconteceu na Espanha e na Itália, segundo país do mundo em número relativo de idosos atrás apenas do Japão. Mas também, a desigualdade, embora com pouquíssimos óbitos, se mostra em Singapura, onde a onda de contágios agora atinge trabalhadores malaios ou indianos “importados” para a próspera construção civil.

A crise deve ser mais longa e profunda do que muitos relatórios de instituições como o FMI sugerem. A recuperação das atividades econômicas será difícil (citem-se para exemplificar, o turismo, os esportes e o *show business*) agravada pela transição produtiva que desenha novas plataformas não disponíveis para todos, muitos perderam definitivamente seus empregos, o *home office* não é uma norma laboral para todos. A recuperação do emprego e o combate à desigualdade aparecem como caminhos inevitáveis de salvação sistêmica e, para isto, os governos e as atuais articulações sócio políticas dominantes precisariam abraçar novas narrativas ou paradigmas teóricos que justifiquem amplamente termos fechado este estudo com uma entrevista a respeito da Moderna Teoria da Moeda. Infelizmente, este talvez não seja o caminho a ser trilhado (embora deva ser defendido) e um cenário de agravamento da desigualdade,



do desamparo e dos desastres ambientais é bem provável. Por caminhos trágicos, a pandemia ensina que a saúde é um bem público, que a educação é um bem público (populações educadas reagem com disciplina e senso crítico a períodos de crise). Que é necessário tomar as estruturas estatais e dotá-las de uma verdadeira filosofia social, para além da conhecida proposta de John Maynard Keynes sobre seu papel como “socializador dos investimentos”.

Os países que estão se saindo melhor são os que têm serviços de saúde mais preservados ou souberam prevenir com firmeza seu congestionamento, conseguem testar mais e identificar a população de risco, os que mostram maior grau de coordenação e, não menos importante, os que conseguem demonstrar maior autoridade e clareza quanto aos interesses que realmente valem diante das pressões de grupos econômicos que, em sua grande maioria, são de origem comercial. Mesmo sendo medidas paliativas, muitos países entenderam a necessidade de fazer chegar uma renda mínima aos mais necessitados. Em alguns casos, os governos aceitaram “estatizar” empresas com dificuldades operacionais e financeiras, como por exemplo, a Lufthansa na Alemanha. A profundidade da crise, obriga a medidas um pouco diferente das que prevaleceram em 2008, mas é pouco.

Parece então, que a pandemia escancarou estruturas públicas fragilizadas, a desigualdade e economias capitalistas transitando sem pactos sociais abrangentes. Isto posto e sem pretender esgotar a miríade de questões que podem aproximar ou distanciar o mundo de saídas menos ruins, vale focar o Brasil.

Em poucas semanas, o País escalou o segundo lugar em número de infectados, atrás dos EUA, de péssima condução sanitária federal, e da Rússia que, para além das desconfianças do *mainstream* ocidental apresenta número relativamente baixo de mortos. O México e a Índia vem escalando este ranking.

A falta de condução e o conflito federativo entre os governos subnacionais e o governo federal, com autoridades de todas as esferas, frequentemente, sucumbindo aos interesses comerciais, fazem com



que a chamada curva no Brasil tenha uma amplitude maior do que em outros países e prognosticar que, ainda, muitas mortes irão ocorrer por semanas à fio, considerando inclusive, que a subnotificação de casos diminui a real abrangência do vírus. A dança das cadeiras no Ministério da Saúde corrobora o desmando e, no limite, a crueldade com que o governo federal vem lidando com o sofrimento da sociedade.

O estudo ora apresentado mostrou que, quando a pandemia chegou ao Brasil a situação econômica já era desastrosa: recuo da produção industrial, queda dos investimentos e, níveis espetaculares de desemprego, informalidade e precarização do trabalho. Simultaneamente, nunca o Estado esteve tão amarrado e impossibilitado de, pelo menos, articular políticas anticíclicas. Mas estas limitações, fortemente defendidas por muitos que hoje querem passar por cima delas, são reforçadas por uma equipe econômica absolutamente inapta a operar a economia brasileira que, além de deselegante, tem como maior expoente um ex obscuro servidor de Pinochet num dos piores momentos da economia chilena.

As medidas emergenciais além de insuficientes, permeadas de legalismos absurdos e demoradas, são encaradas pelo presidente como subsídio ao não trabalho, em termos muito menos polidos do que aqui expressos. Falta visão sistêmica sobre as cadeias produtivas, inclusive daquela constituída pelo setor da saúde, sobre a construção de um ambiente para realização de investimentos cuja lógica não é mercadológica, sobre o papel das universidades e dos centros de pesquisas, sobre a necessidade de uma política industrial e de patentes. Na crise dos anos trinta, alguns países da América Latina e, o Brasil em particular, descobriram a força dinâmica do mercado interno e o papel crucial do Estado na construção de novas fronteiras de acumulação endógenas. A crise abriu oportunidades e elas foram aproveitadas. Não é o que acontece hoje.

Mas não se trata de falta de alternativas, um conjunto muito grande de economistas e membros da sociedade civil tem apresentado, desde diversos ângulos, a possibilidade de romper as amarras ao gasto público, esquecer o fiscalismo, enfim, recuperar a soberania do



Estado para evitar a barbárie. Tal é o caso daqueles que, com enorme lucidez, defendem os enfoques da Moderna Teoria da Moeda. Ocorre que, tal como alhures, nestes trópicos são necessários outros pilotos para conduzir a nave.

O mapa da pandemia no Brasil é o mapa da pobreza, das favelas, da falta de saneamento, da falta de empregos produtivos, da violência racial e de gênero. Este é o País que não é testado, que não tem leitos, que não tem enterros decentes: “ esta cova em que estás é a parte que te cabe deste latifúndio”.